



RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas:
Apresentamos o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Cielo S.A., referente aos exercícios sociais encerrados em 31 de Dezembro de 2013 e de 2012, acompanhados do relatório dos Auditores Independentes e do Parecer do Conselho Fiscal.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO

O ano de 2013 foi marcado pela manutenção da liderança da Cielo em seu setor e pelo investimento contínuo na diferenciação do portfólio de produtos e serviços. No cenário competitivo o ano não apresentou rupturas e foi marcado pela entrada de novos players - ambiente saudável à evolução da indústria. Acreditamos na solidez de nossos fundamentos, que refletem na consistência dos resultados trimestre a trimestre. Prova disso está no market cap da Companhia, cujo valor atingiu R\$ 51,6 bilhões no último dia de operação da Bovespa no ano (30/12/13). Capturamos R\$ 448,8 bilhões, o equivalente a aproximadamente 9% do PIB Nacional (considerando o valor acumulado nos 9 primeiros meses) e superamos o desafio estatístico de crescer mais do que nos mesmos, em função da alta base de comparação.

O cenário regulatório da indústria de cartões em 2013 também ganhou uma nova formação, a partir da qual todos os participantes da indústria de cartões passaram a ser regidos pelo Banco Central e pelo Conselho Monetário Nacional, por meio da Lei 12.865 aprovada em 09 de outubro de 2013. Havia uma grande expectativa com relação ao assunto que, com a definição do regulador e publicação das primeiras cartas circulares e normativas, foi endereçada, contribuindo para a consolidação de um ambiente isonômico.

O ano de 2013 foi marcado por um crescimento da indústria de meios eletrônicos de pagamentos acima do previsto. Apesar do enfraquecimento cenário econômico, o ritmo de crescimento do setor de pagamentos eletrônicos se mantém dado o efeito substituição de cheque e dinheiro, que continua sendo observado em todas as regiões do país, sobretudo no interior. Atualmente, os cartões representam, no Brasil, 27% de tudo o que as famílias consomem e essa participação tem potencial de crescimento. Um negócio, seja ele pequeno varejo, profissionais autônomos, indústria e grandes redes varejistas, não pode ignorar as vantagens de aceitar pagamentos com cartão e ver a máquina como prestação de serviço, sobretudo, diante de futuros eventos de porte internacional, como Copa do Mundo e Olimpíadas.

A capacidade da Cielo, presente em todo o território nacional em mais de 1,5 milhão de pontos de vendas ativos, o elevado nível de serviço - em especial, o atendimento ao cliente, o parque de máquinas de última geração e o DNA de inovação posicionaram a Companhia de maneira privilegiada. A inovação na Cielo passa por dois importantes pilares - tecnologia e produtos/serviços. Do ponto de vista de parque de máquinas, foi investido R\$ 294 milhões em 2013, principalmente em novos terminais sem fio, trazendo mais comodidade e economia ao cliente, lojistas, profissionais liberais e grandes redes varejistas - a vantagem financeira da máquina sem fio é a isenção na tarifa telefônica. Também houve um avanço tecnológico encostado o ano de 2013 com 1,8 milhão de equipamentos instalados - sendo 57% deste composto por máquinas móveis.

Estar à frente exige do líder uma capacidade ainda maior de se reinventar, e esse é desafio permanente da Cielo. Conciliar, por exemplo, o investimento contínuo em inovação ao "básico bem feito", é o que os diversos stakeholders da Companhia esperam. Os resultados financeiros indicam que o nosso modelo de negócio tem se mostrado eficiente para o mercado e a nossa crença é continuar investindo em um portfólio de produtos e serviços diferenciados, que posiciona cada vez mais a Cielo como empresa de serviços financeiros, permitindo a entrega do que há de melhor no mercado em produto, qualidade e atendimento aos nossos clientes, principalmente no tocante aos resultados aos acionistas, e contribuindo para a percepção da máquina da Cielo como um hub de serviços ao cliente. Prova disso foi o lançamento, em fevereiro de 2013, da solução de pagamento de impostos diretamente nos postos da Receita Federal dos aeroportos, que trouxe conveniência e comodidade para os turistas brasileiros. Passageiros que retornam de viagens internacionais nos principais aeroportos do país podem, por meio da leitura eletrônica do documento de arrecadação (DARF), pagar os tributos com cartões de débito na máquina da Cielo, sem precisar sair da área de vistoria de bagagens.

Em novembro de 2013, a Cielo anunciou a evolução do Cielo Mobile, passando a ser a primeira do mercado a oferecer as opções de pagamento com cartões de débito e voucher, ou na função Crediário em até 48 vezes, além do crédito à vista ou parcelado em até 6 vezes, por meio do leitor de cartão chip e senha - que garante maior conversão de vendas. Voltado aos profissionais liberais, microempresendedores e lojistas, lançamento, que transporta todas as vantagens da máquina para a captura móvel, reforça a nossa visão para o segmento e coloca na prateleira a mais completa solução do mercado também em mobile payment.

Adotamos os mais rígidos padrões de segurança estabelecidos pela indústria de pagamentos eletrônicos mundialmente. As informações que trafegam pelo Cielo Mobile, por exemplo, são criptografadas, protegidas e nenhum dado - seja ele do cartão ou da senha - fica armazenado no smartphone, no tablet ou no próprio leitor de cartão, que conta ainda com o Cielo Lynx, exclusivo sistema anti-fraude neural que monitora 100% das transações que trafegam na infraestrutura da credenciadora.

No quesito sustentabilidade, a Companhia busca práticas estruturadas, tais como a publicação do primeiro Relatório de Sustentabilidade auditado e orientado por padrões internacionais, com os critérios da GRI (Global Reporting Initiative), a realização e divulgação de um Inventário de Emissões de Gases do Efeito Estufa e a implementação de diversas políticas que abordam questões importantes como meio ambiente, gestão de pessoas e riscos corporativos, reunidas em um rigoroso Código de Ética compartilhado entre colaboradores e fornecedores.

Os Serviços do King Makers, que integram o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE), que tem vigência no período de 06/01/2014 a 02/01/2015. O referido índice é mantido pela BM&FBOVESPA, como uma ferramenta de avaliação de performance entre as companhias de capital aberto no que diz respeito à sustentabilidade corporativa. Com a indicação, a Cielo passa a integrar um seleto grupo de companhias de capital aberto reconhecidas pela liquidez de suas ações e pelas boas práticas de gestão e governança corporativa.

Inovação, sustentabilidade e ineditismo contribuem para a visibilidade da Cielo perante seus diversos stakeholders. Prova disso são os prêmios e reconhecimentos do mercado, tais como: 1º lugar na categoria Serviços do King Makers - Melhores, premiada pela 7ª vez consecutiva pela Revista Exame; Melhor Empresa na categoria Serviços Financeiros no ranking As Melhores da Dinheiro 2013, premiada pela 3ª vez consecutiva pela revista Istoé Dinheiro; Melhor Companhia no setor de Serviços Financeiros no anuário Época Negócios 360º, premiada pela 2ª vez consecutiva pela revista Época Negócios; 1º lugar na categoria Serviços Financeiros entre as empresas mais inovadoras no relacionamento com o cliente, segundo ranking da Revista Consumidor Moderno/Dom Strategy Partners; Vencedor do Prêmio Destaque Setorial como a melhor em criação de valor do setor de Serviços Financeiros em 2012, segundo Associação Brasileira das Companhias Abertas (Abrasca); Colocada dentre as 20 Marcas Mais Valiosas do Brasil no ranking da Revista Istoé Dinheiro, realizado em parceria com a BrandAnalytics/Millard Brow, e eleita a 11ª marca mais valiosa do Brasil, segundo o ranking Marcas Brasileiras Mais Valiosas 2013, divulgado pela consultoria Interbrand.

Além dos reconhecimentos de atuação setorial e financeira, somos também continuamente premiados pelas práticas de gestão de pessoas. Em 2013, a Cielo foi reconhecida pela 13ª vez consecutiva pela revista Você S.A. como uma das 150 Melhores Empresas para Trabalhar e pela 3ª vez consecutiva pela mesma publicação como uma das Melhores Empresas para Começar a Carreira. A Cielo ocupou o 2º lugar no ranking As Melhores em Gestão de Pessoas, na categoria 1.001 a 2.000 funcionários, desenvolvido pelo Valor Econômico e pela Aon Hewitt. A Você RH reconheceu ainda o Vice-Presidente de Desenvolvimento Organizacional como o Melhor Profissional de RH no setor Bancos e Serviços e a Cielo foi considerada, pela mesma publicação, a companhia que possui o CEO Parecido do RH, no ano de 2013.

Com relação aos prêmios internacionais, a Cielo conquistou a 1ª colocação na categoria Instituições Financeiras (exceto bancos) do ranking 2013 Latin America Executive Team da revista Institutional Investor Magazine; Melhor Equipe de RI, Melhor CEO, Melhor CFO nomeados por sell-side e buy-side, Melhor e terceiro melhor profissionais de RI, por buy-side.

Em termos financeiros, nossa receita líquida no ano de 2013 cresceu 25,0% sobre o ano anterior, para R\$ 6,734 bilhões, e o lucro líquido da Cielo totalizou R\$ 2,674 bilhões, 14,9% superior ao ano de 2012. Nosso volume financeiro cresceu 17,1% em relação a 2012, para R\$ 448,8 bilhões. Nossa política de dividendos assegura estatutariamente a distribuição de dividendo mínimo equivalente a 50% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O pagamento dos dividendos e juros sobre o capital próprio é feito duas vezes por ano, em março e em setembro. Em relação ao ano de 2013, com a aprovação do Conselho de Administração "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária, a proposta para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio corresponderá a uma distribuição de aproximadamente 70% do lucro líquido auferido no exercício de 2013, ou R\$ 1,802 bilhão. Com relação ao futuro, continuaremos a focar em nossa estratégia de diferenciação e inovação. Os pilares para suportar esta estratégia serão a manutenção do crescimento orgânico e uma melhor oferta de produtos e serviços através de soluções únicas como os programas de fidelidade, de uma maior disponibilidade de rede com equipamentos mais modernos e de uma maior proximidade com nossos clientes por meio de nossa força de vendas, além de posicionar a máquina da Cielo como um pool de serviços ao negócio do lojista: gestão de produtividade, conveniência e incremento de receita, segurança, pagamento e financiamento. Acreditamos que o ano de 2014 será sem dúvida mais desafiador em função de uma intensificação no cenário competitivo, mas seguimos comprometidos com nossos objetivos e bem suportados por uma estratégia vencedora.

DESEMPENHO OPERACIONAL

Volume Financeiro de Transação

No ano de 2013, a Cielo capturou 4,902 bilhões de transações, um crescimento de 13,9% em relação a 2012. O volume financeiro de transações totalizou R\$448,8 bilhões, representando um acréscimo de 17,1% quando comparado aos R\$383,3 bilhões em 2012. Especificamente com cartões de crédito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$279,6 bilhões em 2013, o que representou um crescimento de 14,1% em relação a 2012. Como a modalidade cartões de débito, o volume financeiro de transações processadas totalizou R\$169,2 bilhões em 2013, um crescimento de 22,2% em relação a 2012.

Pontos de Vendas Ativos e Base de Equipamentos

O número de pontos de venda ativos totalizava 1,474 milhão ao final de 2013, o que representa um aumento de 10,9% sobre 2012. São considerados ativos aqueles pontos de venda que realizaram pelo menos uma transação nos últimos 60 dias. No critério de atividade de 30 dias, o aumento em relação a 2012 foi de 11,2%.

Ponto de Vendas Ativos	2013	2012	2013 x 2012
Ponto de Vendas Ativos em 60 dias (mil)	1.474	1.329	10,9%
Ponto de Vendas Ativos	2013	2012	2013 x 2012
Ponto de Vendas Ativos em 30 dias (mil)	1.426	1.282	11,2%

A base instalada de POS teve um crescimento de 6,0% em relação a 2012. O equipamento WiFi/GPRS terminou o ano de 2013 representando 56,7% da base instalada.

POS	2013	2012	2013 x 2012
# POS Instalado	1.831	1.727	6,0%
% Wireless	56,7%	47,0%	9,7 p.p.

DESEMPENHO FINANCEIRO

Comparação das Contas de Resultado Anuais em 31 de dezembro de 2013 e 31 de dezembro de 2012

Receita Líquida: A receita líquida da Sociedade e de suas controladas, proveniente da captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e débito, aluguel de POS e outras receitas aumentou R\$1.349,0 milhão, ou 25,0%, para R\$6.734,2 milhões em 2013, comparada com R\$5.385,2 milhões em 2012. O acréscimo nas receitas líquidas está substancialmente relacionado, à consolidação das demonstrações financeiras da Merchant e-Solutions (Me-S), iniciada a partir do 4T12, ao impacto da apreciação do dólar e à expansão dos negócios da Sociedade em relação ao período anterior.

Custos dos Serviços Prestados: O custo dos serviços prestados aumentou R\$742,0 milhões, ou 41,1%, para R\$2.549,6 milhões em 2013, comparado com R\$1.807,6 milhão em 2012. Esse aumento ocorreu principalmente em decorrência dos seguintes fatores:

- (i) Acréscimo de R\$427,1 milhões referente ao aumento dos custos das controladas, impactado principalmente pela consolidação da Merchant e-Solutions, iniciada a partir do 4T12;
- (ii) Acréscimo de R\$134,5 milhões referente ao aumento dos "fees" pagos as bandeiras, justificado pelo aumento do volume de transações em relação ao período anterior e pela consolidação da Merchant e-Solutions (Me-S), iniciada a partir do 4T12;
- (iii) Acréscimo de R\$86,0 milhões nos custos relacionados aos serviços de logística, processamento e principalmente em manutenção e ativação de terminais, devido à troca de aparelhos descontinuados por novos, aumento dos equipamentos de tecnologia "wireless", atualização das versões, elevação no volume de manutenção e aquisição de insumos de terminais e central de atendimento; e
- (iv) Aumento de R\$57,5 milhões dos custos de depreciação e amortização justificado principalmente pelo aumento do volume de transações em relação ao período anterior, renovação do parque instalado de POS e do aumento dos equipamentos de captura "wireless" na base total, entre outros.

Despesas Operacionais: As despesas operacionais aumentaram R\$204,9 milhões, ou 25,8%, para R\$1.000,6 milhão em 2013, comparadas com R\$795,7 milhões em 2012.

As principais variações são como seguem:

Despesas de pessoal: As despesas de pessoal aumentaram 27,9%, ou R\$58,3 milhões, para R\$267,3 milhões em 2013, comparadas com os R\$209,0 milhões em 2012. Essa variação decorre, principalmente, do reajuste nos salários definido pelo acordo com o sindicato em agosto de 2013, da consolidação da Merchant e-Solutions (Me-S), iniciada a partir do 4T12 e do aumento do quadro de funcionários da Sociedade e de suas controladas.

Despesas gerais e administrativas: As despesas gerais e administrativas aumentaram 31,3%, ou R\$69,0 milhões, para R\$289,7 milhões em 2013, comparadas com os R\$220,7 milhões em 2012. Essa variação ocorreu principalmente pela consolidação da Merchant e-Solutions (Me-S), iniciada a partir do 4T12.

Despesas de vendas e marketing: As despesas de vendas e marketing aumentaram 6,3%, ou R\$15,3 milhões, para R\$256,0 milhões em 2013, comparadas com os R\$240,7 milhões em 2012. Essa variação ocorreu principalmente pela consolidação da Merchant e-Solutions (Me-S), iniciada a partir do 4T12 e pelo aumento da contratação de campanhas de marketing.

Equivalência patrimonial: O resultado de equivalência patrimonial gerou uma variação de R\$1,3 milhão, de R\$2,7 milhões de despesa em 2013, comparadas com R\$0,8 milhão de despesa em 2012. O acréscimo está relacionado a um pior resultado das controladas em relação a 2012.

Outras despesas operacionais líquidas: As outras despesas operacionais líquidas aumentaram R\$61,0 milhões, ou 49,1%, para R\$185,5 milhões em 2013, comparadas com os R\$124,5 milhões em 2012. O acréscimo está substancialmente relacionado à revisão dos critérios de recuperabilidade dos saldos em aberto dos clientes bloqueados por fraude, complemento na previsão para perda no valor recuperável de ação da Paggo em 2013 e ao aumento de provisões para perdas com créditos de liquidação duvidosa e elevação na previsão para contingências.

Resultado Financeiro

O resultado financeiro totalizou R\$854,6 milhões em 2013, um aumento de 14,8% em relação ao ano de 2012, que obteve um resultado de R\$744,7 milhões.

Receitas financeiras. As receitas financeiras diminuíram R\$2,5 milhões, ou 11,0%, para R\$20,1 milhões em 2013, comparadas com os R\$22,6 milhões em 2012. Essa variação decorre da pequena redução no saldo médio de aplicações financeiras em 2013.

Despesas financeiras. As despesas financeiras aumentaram R\$172,5 milhões, ou 170,9%, para R\$273,4 milhões em 2013, comparadas com os R\$100,9 milhões em 2012. Essa variação decorre substancialmente da apropriação dos juros sobre empréstimos e financiamentos relacionados a operação de emissão de Bonds e novos contratos de FINAME, bem como do aumento do volume de operações de antecipações efetuadas com bancos emissores para fomentar a operação de ARV.

Antecipação de recebíveis e ajuste a valor presente. A receita com antecipação de recebíveis líquida do ajuste a valor presente aumentou R\$290,2 milhões, ou 35,5%, para R\$1.107,7 milhão em 2013, comparadas com os R\$817,5 milhões em 2012. O aumento na receita de antecipação de recebíveis, líquida do ajuste a valor presente, deve-se substancialmente ao aumento no volume financeiro de operações de transações antecipadas em 2013 e a contínua expansão do produto.

EBITDA

O EBITDA corresponde ao lucro líquido, acrescido do imposto de renda e contribuição social, das despesas de depreciação e amortização e do resultado financeiro. Ressalte-se que, para o seu cálculo, ao lucro líquido da Controladora é acrescida a participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.

EBITDA (R\$ milhões)	2013	2012
Lucro Líquido Cielo	2.673,6	2.326,2
Participação dos acionistas que não da Cielo S.A.	7,1	6,0
Resultado Financeiro	(854,6)	(744,7)
Imposto de Renda e Contribuição Social	1.358,0	1.194,5
Depreciação e Amortização	391,2	315,9
EBITDA	3.575,3	3.097,9
% Margem EBITDA	53,1%	57,5%

O EBITDA não é uma medida de desempenho financeiro segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, IFRS ou US GAAP, tampouco devem ser considerado isoladamente, ou como uma alternativa ao lucro líquido, medida de desempenho operacional, alternativa aos fluxos de caixa operacionais ou como medida de liquidez. O EBITDA apresenta limitação que prejudica a sua utilização como medida da lucratividade da Sociedade e suas controladas, em razão de não considerarem determinados custos decorrentes dos negócios, que poderiam afetar, de maneira significativa, os lucros da Sociedade, tais como despesas financeiras, tributos, depreciação, despesas de capital e outros encargos relacionados. Não obstante essas considerações, a Administração da Sociedade acredita que o EBITDA é um parâmetro importante para os investidores, pois fornece informação relevante sobre os nossos resultados operacionais e sobre a rentabilidade do segmento.

CÂMARA DE ARBITRAGEM

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme Cláusula Compromissória constante do seu Estatuto Social.

GOVERNANÇA CORPORATIVA

A Cielo está listada no segmento denominado Novo Mercado da BM&FBOVESPA, o que é resultado da implementação do mais avançado nível de governança corporativa. Nesse sentido a Companhia se compromete, de forma voluntária, a adotar práticas que excedem as exigências da legislação, com referência a governança corporativa e aos direitos dos acionistas, zelando sempre pela prática de condutas éticas e sustentáveis. Reflexo disso é a adoção de algumas práticas que vão além daquelas estabelecidas pelo Novo Mercado como, por exemplo, estabelecer mecanismo de autoavaliação do Conselho de Administração de forma colegiada e individual, restringir a troca de informações ao Portal Eletrônico de Governança Corporativa, a manutenção de Políticas de Dividendos, de Divulgação, de Negociação de Valores Mobiliários e de Transações com Partes Relacionadas e situações envolvendo Conflito de Interesses, além de Código de Ética, que estabeleça as normas de conduta no relacionamento com todas as partes interessadas: colaboradores, clientes, fornecedores, investidores, órgãos reguladores, sociedade e governos.

Para que os interesses de seus administradores estejam de acordo com os interesses de seus acionistas, especialmente os minoritários, a monitoria da gestão e desempenho da Cielo é exercida por um Conselho de Administração composto por 10 conselheiros sendo ao menos 20 membros independentes, por um Conselho Fiscal não permanente composto por ao menos 1 membro independente, por uma Diretoria Executiva composta por 7 membros que responde diretamente para o Conselho de Administração e é responsável pela condução dos negócios da Companhia, e por Comitês e Fóruns de Assessoramento ao Conselho de Administração e Diretoria Executiva, respectivamente. Desde do dia 01 de junho de 2011, a Cielo está listada no mercado de balcão OTCX Internacional, que é um segmento premium do mercado Americano, que distingue as principais empresas internacionais de outros valores mobiliários negociados no mercado de balcão OTC dos EUA pela qualidade de seus negócios operacionais, a excelência da sua divulgação e sua listagem em qualificadas bolsa de valores estrangeiras.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES INDEPENDENTES

Em consonância com a Instrução CVM nº 381/03, informamos que durante o ano de 2013 a Sociedade contratou os serviços de auditoria independente da KPMG.

A Política da empresa na contratação de serviços de auditores independentes assegura que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade. Estes princípios consistem, de acordo com princípios internacionalmente aceitos, em: (a) o auditor não deve auditar o seu próprio trabalho, (b) o auditor não deve exercer funções gerenciais no seu cliente e (c) o auditor não deve promover os interesses de seu cliente.

Cielo declara que os auditores independentes e as partes a eles relacionadas não lhe prestaram diretamente serviços não relacionados à auditoria externa referente ao exercício de 2013. Informa ainda que após atender aos requisitos de governança corporativa da empresa, que determina que toda contratação extraordinária da auditoria independente que audita as suas demonstrações financeiras, direta ou indiretamente, necessita ser previamente autorizada pelo Conselho de Administração (artigo 5º, letra "k" do Regulamento Interno), os membros do Conselho de Administração deliberaram autorizar a contratação de seu auditor independente atual pela sua subsidiária americana, Merchant e-Solutions, para realizar trabalho quanto ao atestado de qualidade dos serviços prestados em tecnologia da informação por esta para seus clientes. O valor da contratação importa em US\$180.000 (cento e oitenta mil dólares), que representam aproximadamente 20% do total dos honorários de auditoria das demonstrações financeiras.

As informações no relatório de desempenho sobre EBITDA, volume financeiro e quantidade de transações, taxas de desconto, informações da indústria e setoriais, contribuições na receita líquida, quantidade de funcionários e investimentos totais e faturamento gerencial não foram objeto de revisão realizada pelos auditores independentes no exercício de 2013.

DECLARAÇÃO DE DIRETORIA

Em observância às disposições constantes da Instrução CVM nº 480/09, a Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no relatório dos auditores independentes e com as demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013.

BALANÇOS PATRIMONIAIS LEVANTADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	257.145	282.487	423.062	404.335
Contas a receber operacionais	5	8.314.607	5.586.770	8.638.509	5.864.906
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	22	73	149	642	134
Impostos antecipados e a recuperar		-	-	1.234	3.076
Despesas pagas antecipadamente		21.533	4.825	23.636	7.017
Outros valores a receber		13.074	14.006	17.378	19.015
Total do ativo circulante		8.606.432	5.888.237	9.104.461	6.298.483
NÃO CIRCULANTE					
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	575.860	439.699	592.542	456.416
Depósitos judiciais	17	925.305	745.620	951.409	771.392
Outros valores a receber		183	406	19.046	16.930
Investimentos	7	850.181	738.041	46.388	42.977
Imobilizado	8	497.049	486.301	515.328	499.206
Intangível:					
Ágio na aquisição de investimentos	9	56.799	87.278	999.725	936.116
Outros intangíveis	10	74.065	63.890	1.081.683	1.005.988
Total do ativo não circulante		2.979.442	2.561.235	4.206.121	3.729.025
TOTAL DO ATIVO		11.585.874	8.449.472	13.310.582	10.027.508

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
			(Reapresentado)		(Reapresentado)
CIRCULANTE					
Contas a pagar a estabelecimentos	12	4.120.948	2.432.962	4.404.935	2.726.992
Empréstimos e financiamentos	13	269.555	160.606	273.110	165.040
Fornecedores	14	435.342	350.233	497.165	404.530
Impostos e contribuições a recolher	15	528.014	588.028	538.484	597.239
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	22	12.570	11.409	-	-
Dividendos a pagar	18.g)	453.510	390.628	453.510	390.628
Outras obrigações	16	138.130	155.740	196.757	207.461
Total do passivo circulante		5.958.069	4.089.606	6.363.961	4.491.890
NÃO CIRCULANTE					
Empréstimos e financiamentos	13	1.275.086	1.129.661	2.215.375	1.949.098
Provisão para riscos	17	1.028.903	891.121	1.064.024	853.026
Imposto de renda e contribuição social diferidos	6	-	-	325.594	307.717
Outras obrigações	16	3.991	6.857	9.749	12.616
Total do passivo não circulante		2.307.980	1.955.639	3.614.742	3.122.457
PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
Capital social	18.a)	1.000.000	500.000	1.000.000	500.000
Reserva de capital	18.b)	99.637	99.951	99.637	99.951
Ações em tesouraria	18.c)	(37.055)	(23.410)		



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91



www.cielo.com.br

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social		4.017.604	3.510.046	4.038.657	3.526.704
Ajustes para conciliar o lucro antes do imposto de renda e da contribuição social					
Com o caixa líquido gerado pelas atividades operacionais:					
Depreciações e amortizações	8 e 10	309.912	289.070	391.211	315.881
Constituição de provisão para perdas com imobilizado e intangível		376	124	376	124
Custo residual de imobilizado e intangível baixados ou alienados	8 e 10	25.440	15.275	30.650	15.726
Opções de ações outorgadas		(314)	11.063	(514)	11.063
Perdas com créditos inobreváveis e "chargebacks"	29	72.453	51.463	72.453	51.463
Provisão para riscos tributários, civis e trabalhistas	17	216.957	181.551	221.221	181.477
Ajuste a valor presente do contas a receber	28	93.888	30.419	93.888	30.419
Participação de outros acionistas que não da Cielo S.A.		-	-	7.075	6.002
Varição cambial sobre juros de empréstimos e financiamentos captados no exterior		23	(38)	23	(38)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	13	64.583	25.888	96.821	35.974
Perda no valor recuperável de ágio	9	30.479	16.500	30.479	16.500
Equivalência patrimonial	7	(17.399)	(2.922)	2.089	815
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber operacionais		(2.821.725)	(2.645.393)	(2.867.491)	(2.646.478)
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto		76	(15)	(508)	-
Impostos antecipados e a recuperar		-	587	1.842	2.324
Outros valores a receber (circulante e não circulante)		1.155	8.631	(479)	15.524
Depósitos judiciais	17	(179.685)	(148.403)	(180.017)	(148.735)
Despesas pagas antecipadamente		(16.708)	(216)	(16.619)	(394)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Contas a pagar a estabelecimentos		1.615.533	942.261	1.605.490	932.372
Fornecedores		85.109	119.974	92.635	119.867
Impostos e contribuições a recolher		(16.585)	2.180	(13.934)	1.650
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto		1.161	354	-	-
Outras obrigações (circulante e não circulante)		12.068	(3.339)	13.981	2.700
Pagamento de processos tributários, civis e trabalhistas	17	(7.175)	(6.298)	(10.223)	(6.331)
Caixa proveniente das operações		3.487.226	2.398.762	3.609.306	2.464.609
Juros pagos	13	(63.164)	(21.696)	(96.136)	(25.012)
Imposto de renda e contribuição social pagos		(1.482.697)	(1.180.196)	(1.513.716)	(1.193.334)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		1.941.365	1.196.870	1.999.454	1.246.263

FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO

	Nota explicativa	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
		31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aumento de capital em controladas e "joint ventures"	7	(5.500)	(633.951)	(5.500)	(4.101)
Recebimento pelo ganho com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior		-	4.375	-	4.375
Pagamento pela perda com instrumentos de "hedge" sobre operações no exterior		-	(20.504)	-	(20.504)
Recebimento de indenização	9	-	-	8.189	-
Pagamento do saldo remanescente referente a aquisição de controlada	16	(32.544)	-	(32.544)	-
Aquisição de participação em controladas, líquido do caixa adquirido		-	-	-	(1.365.256)
Caixa recebido de controlada - Redução de capital	7	-	3.105	-	-
Aquisição de POS, líquido da captação de empréstimos FINAME	8 e 13	-	(36.617)	-	(36.600)
Adições ao imobilizado e intangível, exceto aquisições de POS	8 e 10	(62.566)	(22.490)	(90.959)	(51.191)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(96.601)	(695.282)	(120.814)	(1.473.277)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Aquisição de ações em tesouraria	18.c)	(66.702)	(5.800)	(66.702)	(5.800)
Captação de empréstimos no exterior	13	-	961.907	-	2.599.888
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	18.c)	53.057	33.249	53.057	33.249
Captação de empréstimos FINAME, líquido da aquisição de POS	8 e 13	24.751	-	24.470	-
Pagamento de principal de empréstimos	13	(206.481)	(35.487)	(206.481)	(863.727)
IRRF sobre juros sobre o capital próprio pagos	18.g)	(7.410)	(5.824)	(7.410)	(5.824)
Dividendos e juros sobre o capital próprio pagos	18.g)	(1.667.321)	(1.408.144)	(1.667.321)	(1.408.144)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento		(1.870.106)	(460.099)	(1.870.387)	349.642
Efeito de variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa de controlada no exterior		-	-	10.474	9.784
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(25.342)	41.489	18.727	132.412
CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA					
Saldo final	4	257.145	282.487	423.062	404.335
Saldo inicial	4	282.487	240.998	404.335	271.923
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(25.342)	41.489	18.727	132.412

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 (Em milhares de Reais)

	Nota explicativa	Atribuído à participação dos acionistas controladores							Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido		
		Capital social	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Legal	Orçamento de capital	Dividendos adicionais propostos	Retenção de lucros				
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 (ORIGINALMENTE DIVULGADOS)		263.835	88.888	(50.859)	52.767	708.202	346.760	-	1.409.593	14.971	1.424.564	
Ajustes decorrente da alteração de prática contábil		-	-	-	-	-	-	115.503	-	-	115.503	
Destinação dos efeitos da alteração de prática contábil		-	-	-	-	-	-	(115.503)	-	-	-	
SALDOS EM 01º DE JANEIRO DE 2012		263.835	88.888	(50.859)	52.767	823.705	346.760	-	1.525.096	14.971	1.540.067	
Dividendos pagos adicionais aos mínimos obrigatórios de 2011		-	-	-	-	-	-	-	(346.760)	-	(346.760)	
Aumento de capital		236.165	-	-	-	(236.165)	-	-	-	-	-	
Aquisição de ações em tesouraria		-	-	(5.800)	-	-	-	-	(5.800)	-	(5.800)	
Opção de ações outorgadas		-	11.063	-	-	-	-	-	11.063	-	11.063	
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações		-	-	33.249	-	-	-	-	33.249	-	33.249	
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.326.167	-	6.002	2.332.169	
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal		-	-	-	47.233	-	-	(47.233)	-	-	-	
Dividendos pagos		-	-	-	-	-	-	(716.508)	-	-	(716.508)	
Dividendos propostos		-	-	-	-	-	-	(360.099)	-	-	(360.099)	
Dividendos adicionais propostos aos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	443.403	(443.403)	-	-	-	
Juros sobre capital próprio pagos		-	-	-	-	-	-	(31.244)	-	-	(31.244)	
Juros sobre capital próprio propostos		-	-	-	-	-	-	(35.916)	-	-	(35.916)	
Reserva de orçamento de capital		-	-	-	-	680.213	-	(680.213)	-	-	-	
Destinação dos efeitos da alteração de prática contábil		-	-	-	-	11.551	-	(11.551)	-	-	-	
Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(12.039)	(12.039)	
Resultados abrangentes:												
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior:												
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	-	6.845	6.845	6.845	
Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	-	(1.866)	(1.866)	(1.866)	
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012 (REAPRESENTADO)		500.000	99.951	(23.410)	100.000	1.279.304	443.403	-	4.979	2.404.227	8.934	2.413.161
Dividendos pagos adicionais aos mínimos obrigatórios de 2012		-	-	-	-	-	(443.403)	-	-	(443.403)	-	(443.403)
Aumento de capital	18.a)	500.000	-	-	-	(500.000)	-	-	-	-	-	-
Aquisição de ações em tesouraria	18.c)	-	-	(66.702)	-	-	-	-	-	(66.702)	-	(66.702)
Opção de ações outorgadas	31	-	(314)	-	-	-	-	-	-	(314)	-	(314)
Venda de ações em tesouraria pelo exercício de opção de ações	18.c)	-	-	53.057	-	-	-	-	-	53.057	-	53.057
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	-	2.673.601	-	2.673.601	7.075	2.680.676
Destinação sobre o lucro líquido do exercício:												
Reserva legal	18.e)	-	-	-	100.000	-	-	(100.000)	-	-	-	-
Dividendos pagos	18.g)	-	-	-	-	-	-	(791.300)	-	-	-	(791.300)
Dividendos propostos	18.g)	-	-	-	-	-	-	(414.410)	-	-	-	(414.410)
Dividendos adicionais propostos aos mínimos obrigatórios	18.g)	-	-	-	-	-	500.410	(500.410)	-	-	-	-
Juros sobre capital próprio pagos	18.g)	-	-	-	-	-	-	(49.400)	-	-	-	(49.400)
Juros sobre capital próprio propostos	18.g)	-	-	-	-	-	-	(46.000)	-	-	-	(46.000)
Reserva de orçamento de capital	18.g)	-	-	-	-	772.081	-	(772.081)	-	-	-	-
Efeito dos outros acionistas que não da Cielo S.A. sobre entidades consolidadas		-	-	-	-	-	-	-	-	(3.955)	(3.955)	
Resultados abrangentes:												
Diferença de câmbio na conversão de operações no exterior:												
Varição cambial sobre investimento líquido no exterior		-	-	-	-	-	-	-	93.250	93.250	-	93.250
Resultado com instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos tributários		-	-	-	-	-	-	-	(92.781)	(92.781)	-	(92.781)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		1.000.000	99.637	(37.055)	200.000	1.551.385	500.410	-	5.448	3.319.825	12.054	3.331.879

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

(Em milhares de Reais, exceto se de outra forma mencionado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Cielo S.A. ("Sociedade" ou "Cielo") foi constituída em 23 de novembro de 1995 no Brasil e tem como objetivo principal a prestação de serviços relacionados a cartões de crédito e de débito e outros meios de pagamento, bem como a prestação de serviços correlatos, tais como o credenciamento de estabelecimentos comerciais e de prestadores de serviços; o aluguel, a instalação e a manutenção de terminais eletrônicos; e a coleta de dados e de processamento de transações eletrônicas e manuais. A Cielo é uma sociedade por ações com sede em Barueri, SP, cujas ações foram admitidas à negociação na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, sob a sigla "CIEL3", e suas controladoras integram os conglomerados Banco do Brasil e Bradesco.

O contexto operacional das controladas diretas, controladas indiretas e controladas em conjunto ("joint ventures") é como segue:

- Controladas diretas**
- Servinet Serviços Ltda. ("Servinet")** - Seu objeto social consiste na prestação de serviços de manutenção e contatos com estabelecimentos comerciais e estabelecimentos prestadores de serviços para a aceitação de cartões de crédito e de débito, bem como outros meios de pagamento; no desenvolvimento de atividades correlatas no setor de serviços julgadas de interesse da Servinet e na participação em outras sociedades como sócia ou acionista.
- Servrede Serviços S.A. ("Servrede") e CieloPar Participações Ltda. ("CieloPar")** - Tem como principal atividade a participação em outras sociedades, como cotistas ou acionistas ("holdings"). Em dezembro de 2012, essas "holdings" foram incorporadas pelas até então controladas Multidisplay e Braspag, respectivamente, a valores contábeis, com data-base 30 de novembro de 2012.
- Cielo USA, Inc. ("Cielo USA")** - Criada em junho de 2012, tendo como principal atividade a participação em outras sociedades como cotistas ou acionistas ("holdings"). Em 31 de dezembro de 2013, essa "holding" detém o controle da Me-S.
- Multidisplay Comércio e Serviços Tecnológicos S.A. ("Multidisplay")** - Tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular; o comércio de recarga de aparelhos celulares ou fixos; a prestação de serviços de consultoria em tecnologia, desenvolvimento e licenciamento de software; o comércio de produtos e a prestação de serviços tecnológicos; e a representação comercial.
- Braspag Tecnologia em Pagamento Ltda. ("Braspag")** - Tem como objeto social o desenvolvimento de programas de computador; o processamento de transações eletrônicas; e os serviços de tecnologia voltados à cobrança e ao gerenciamento de contas a pagar e a receber via Internet.
- Controladas indiretas**
- M4 Produtos e Serviços S.A. ("M4 Produtos")** - Controlada da Multidisplay, tem como objeto social a prestação de serviços de transmissão de dados de recarga de créditos de telefonia fixa ou celular, televisão pré-paga, transporte pré-pago e similares; a prestação de serviços de pagamento móvel e de serviços de consultoria em tecnologia; e o desenvolvimento e licenciamento de softwares.
- Merchant e-Solutions, Inc. ("Me-S")** - Controlada da Cielo USA, tem como objeto social a prestação de serviços relacionados à viabilização de pagamentos eletrônicos com cartões de crédito e débito, compreendendo a autorização de transações, as liquidações financeiras e a notificação de transações aos estabelecimentos comerciais.
- Controladas em conjunto ("Joint ventures")**
- Companhia Brasileira de Gestão de Serviços ("Orizon")** - Anteriormente denominada Orizon Brasil Processamento de Informações de Saúde Ltda. - Seu objeto social consiste no processamento de informações para as empresas da área médica em geral; na gestão de serviços de suporte ("back office") para empresas operadoras de saúde em geral; na prestação de serviços de interconexão de rede eletrônica entre operadoras de saúde e prestadores de serviços médicos e hospitalares (como hospitais, clínicas médicas e laboratórios) e quaisquer outros agentes do sistema de saúde suplementar e drogarias.
- Prevsaude Comercial de Produtos e de Benefícios de Farmácia Ltda. ("Prevsaude")** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a prestação de serviços de benefício farmacêutico, voltados para o atendimento de clientes corporativos, planos de saúde, entidades públicas e grandes laboratórios. A Prevsaude administra a relação dos funcionários de seus clientes com as farmácias, com os médicos e com a própria empresa contratante.
- Precisa Comercialização de Medicamentos Ltda. ("Precisa")** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a comercialização de medicamentos em geral, com foco na prevenção e manutenção do estado de saúde, com sistema de entrega programada.
- Guilher Comércio, Importação, Exportação e Distribuição de Medicamentos e Tecnologia para Saúde Ltda. ("Guilher")** - Controlada da Orizon, tem como objeto social a importação, exportação, distribuição, e comercialização de medicamentos e insumos farmacêuticos, produtos e equipamentos de tecnologia para saúde.
- Paggo Soluções e Meios de Pagamento S.A. ("Paggo")** - Tem como objeto social a prestação de serviços de credenciamento de estabelecimentos comerciais para a aceitação de cartões de crédito e de débito, mediante captura, transmissão, processamento dos dados e liquidação das transações eletrônicas com cartões de crédito e de débito na modalidade de pagamentos móveis.

A Cielo e suas controladas são também designadas como "Grupo" ao longo deste relatório.

Restauração societária
No exercício de 2012, o Grupo efetuou uma reestruturação societária visando simplificar sua estrutura operacional, conforme segue:

- a. Redução do capital social da CieloPar**
Em setembro de 2012, foi deliberada a redução do capital social da CieloPar em R\$ 48.718, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Cielo. Essa redução no capital social foi realizada a valores contábeis e, consequentemente, não houve nem ganho nem perda



CIELO S.A. E CONTROLADAS

Companhia Aberta de Capital Autorizado

CNPJ/MF nº 01.027.058/0001-91



www.cielo.com.br

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável, e a perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

2.9. Combinação de negócios

Nas demonstrações financeiras consolidadas, as aquisições de negócios são contabilizadas pelo método de aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo. Os custos relacionados à aquisição foram reconhecidos no resultado, quando incorridos. Os ativos adquiridos e os passivos assumidos identificáveis são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição.

O ágio é mensurado como o excesso da soma da contrapartida transferida, do valor das participações não controladoras na adquirida e do valor justo da participação do adquirente anteriormente detida na adquirida sobre os valores líquidos na data de aquisição dos ativos adquiridos e passivos assumidos identificáveis.

As participações não controladoras que correspondem a participações atuais e conferem aos seus titulares o direito a uma parcela proporcional dos ativos líquidos da entidade no caso de liquidação são mensuradas com base na parcela proporcional das participações não controladoras nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida.

2.10. Ágio

O ágio resultante de uma combinação de negócios é demonstrado ao custo na data da combinação de negócios, líquido de perdas acumuladas pelo valor recuperável, se houver.

Para fins de teste de redução no valor recuperável, o ágio é alocado para cada uma das unidades geradoras de caixa que irão beneficiar-se das sinergias da combinação.

As unidades geradoras de caixa às quais o ágio foi alocado são submetidas anualmente a teste de redução no valor recuperável, ou com maior frequência, quando houver indicação de que a unidade poderá apresentar redução no valor recuperável. Se o valor recuperável da unidade geradora de caixa for menor que o valor contábil, a perda por redução no valor recuperável é primeiramente alocada para reduzir o valor contábil de qualquer ágio alocado à unidade e, posteriormente, aos outros ativos da unidade, proporcionalmente ao valor contábil de cada um de seus ativos. Qualquer perda por redução no valor recuperável de ágio é reconhecida diretamente no resultado. A perda por redução no valor recuperável não é revertida em exercícios subsequentes.

2.11. Investimentos em controladas e controladas em conjunto ("Joint ventures")
A participação é a forma de associação não constituída sob a forma de sociedade tal como uma parceria, na qual a controladora, diretamente ou por meio de outras controladas, é titular de direitos de sócio que lhe assegurem, de modo permanente, preponderância para governar as políticas financeiras e operacionais de forma a obter benefícios de suas atividades. Os resultados, ativos e passivos das controladas são incorporados as demonstrações financeiras individuais com base no método de equivalência patrimonial. Nas demonstrações financeiras consolidadas, os componentes do ativo e passivo e as receitas e despesas das controladas (diretas e indiretas) são somados às posições contábeis consolidadas integralmente e o valor patrimonial da participação dos acionistas não controladores é determinado pela aplicação do percentual de participação deles sobre o patrimônio líquido da controlada.

"Joint ventures" são aquelas entidades nas quais o controle é exercido em conjunto pela Sociedade e por um ou mais terceiros. Nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, as participações em entidades controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, a partir da data em que o controle conjunto é adquirido.

2.12. Imposto de renda e contribuição social - correntes e diferidos

A despesa com imposto de renda e contribuição social representa a soma dos impostos correntes e diferidos.

Impostos correntes

A provisão para imposto de renda e contribuição social na Sociedade está baseada no lucro tributável do exercício. O imposto de renda foi constituído à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente a R\$ 240. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro contábil ajustado.

Impostos diferidos

O imposto diferido é a contribuição social diferidos são reconhecidos em sua totalidade sobre as diferenças entre os ativos e passivos reconhecidos para fins fiscais e correspondentes valores reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas; entretanto, não são reconhecidos se forem gerados no registro inicial de ativos e passivos em operações que não afetam as bases tributárias, exceto em operações de combinação de negócios. O imposto de renda e a contribuição social diferidos são determinados considerando-se as alíquotas (e leis) vigentes na data de preparação das demonstrações financeiras e aplicáveis quando o respectivo imposto de renda e contribuição social forem realizados. O imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos são reconhecidos somente na extensão em que seja provável que existirá base tributável positiva para a qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. A recuperação do saldo dos impostos diferidos ativos é revisada no fim de cada período de relatório, e, quando não for mais provável que lucros tributáveis futuros serão reconhecidos para permitir a recuperação de todo o ativo, ou parte dele, o saldo do ativo é ajustado pelo montante que se espera que seja recuperado.

Os impostos correntes e diferidos são reconhecidos no resultado, exceto quando correspondem a itens registrados em "Resultados abrangentes" ou diretamente no patrimônio líquido. Nesses casos, os impostos correntes e diferidos também são reconhecidos em "Resultados abrangentes" no patrimônio líquido.

Quando os impostos correntes e diferidos resultam da contabilização inicial de uma combinação de negócios, o efeito fiscal é considerado na contabilização da combinação de negócios.

2.13. Benefícios a empregados

A Sociedade é coparticipadora de um plano de previdência privada com contribuições definidas. As contribuições são efetuadas com base em uma percentual da remuneração dos colaboradores. Os pagamentos a planos de aposentadoria de contribuição definida são reconhecidos como despesa quando os serviços que conferem direito a esses pagamentos são prestados.

Além disso, a Sociedade possui um Programa de Educação Corporativa que tem como objetivo avançar a aprendizagem, assegurando o mapeamento e a disseminação dos conhecimentos chave, através de práticas e ações educacionais que estimulem a criação, aquisição, difusão, utilização e compartilhamento do conhecimento, com foco para resultados do negócio.

Na Sociedade, há ações de desenvolvimento voltadas para todos os seus colaboradores como, por exemplo, desenvolvimento de liderança, e-learning, treinamentos contratuais, treinamentos sob demanda, educação continuada e idiomas. Adicionalmente a Sociedade oferece aos seus funcionários outros benefícios como seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais. Os custos relacionados às ações descritas são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

2.14. Ativos e passivos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo através do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado

Ativos financeiros são mensurados ao valor justo pelo resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo através do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) é adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto; (ii) é parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão recorrente real de lucros no curto prazo; (iii) é um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de "hedge" em uma contabilização de "hedge".

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo através de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando: (i) essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento; (ii) for parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Sociedade, e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base; (iii) for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 e a norma IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitirem que o contrato combinado com um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo através do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Sociedade tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros.

Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável ("impairment"). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa efetiva de juros, exceto para os recebíveis de curto prazo, quando o reconhecimento dos juros for imaterial.

Ativos financeiros disponíveis para venda

São aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do período no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa efetiva de juros

É um método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o período relevante. A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa efetiva de juros, custos de transação e outros prêmios ou descontos) através da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

b. Passivos financeiros

Os passivos financeiros são classificados: (i) pelo valor justo através do resultado; ou (ii) como outros passivos financeiros.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo através do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando: (i) for incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo; (ii) for parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Sociedade administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo; (iii) for um derivativo que não esteja designado como um instrumento de "hedge" efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo através do resultado no reconhecimento inicial quando: (i) tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir; (ii) compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, o qual seja mensurado com base no "performance" da Sociedade e cujo valor justo, de acordo com a administração do risco documentada ou a estratégia de investimento da Sociedade, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente; (iii) formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos, e a norma IAS 39 permitirem que o contrato combinado com um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo através de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo através do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos no passivo financeiro.

Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação, e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método da taxa efetiva de juros, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método da taxa efetiva de juros é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante.

A taxa efetiva de juros é aquela que desconta exatamente os pagamentos estimados futuros de caixa através da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

2.15. Derivativos

No período de 23 de agosto de 2012 a 16 de novembro de 2012 a Sociedade contratou instrumentos financeiros derivativos, Contrato a Termo de Moeda em Entrega Física ("Non Deliverable Forward - NDF"), para administrar a sua exposição a flutuações em taxas de câmbio em investimentos no exterior. A utilização de derivativos pela Sociedade ocorreu até a captação de recursos de terceiros com a emissão dos "bonds" denominados em moeda estrangeira em 16 de novembro de 2012. O resultado com operações de derivativos líquido dos efeitos fiscais está registrado em "Resultados abrangentes" no patrimônio líquido e será reclassificado para o resultado do exercício quando da conclusão do investimento no exterior.

Não há contratos de derivativos em aberto nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de dezembro de 2013.

2.16. Contabilização de "hedge"

No período de 23 de agosto de 16 de novembro de 2012 o Grupo designou o NDF, instrumento financeiro derivativo de proteção para riscos relacionados à moeda estrangeira, como "hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior".

Em 16 de novembro de 2012, o Grupo designou a captação de recursos de terceiros, através da emissão dos "bonds" como instrumento financeiro de "hedge" para riscos relacionados à moeda estrangeira, como "hedge" de investimentos líquidos em operações no exterior".

Na data da contratação do instrumento financeiro derivativo e na data da captação dos recursos financeiros relacionados à emissão dos "bonds", a Sociedade documentou a relação entre o instrumento de "hedge" e a proteção demonstrando seus objetivos e as estratégias de gestão de risco. Adicionalmente, no início do "hedge" e de maneira continuada, a Sociedade documenta se o instrumento de "hedge" usado em uma relação de "hedge" é efetivo na compensação das mudanças de valor justo.

Para os "hedged" de investimentos líquidos em operações no exterior, os ganhos ou as perdas relativos à parcela efetiva do instrumento de "hedge" são reconhecidos em "Resultados abrangentes" e acumulados na rubrica "Hedge de investimento líquido no exterior", no caso da designação da NDF, e na rubrica "Variação cambial de empréstimo no exterior", no caso da designação dos recursos obtidos

com a emissão dos empréstimos no exterior ("bonds"). Os ganhos ou as perdas relacionados à parte não efetiva, se existirem, são reconhecidos imediatamente no resultado do exercício. Os ganhos e as perdas do instrumento de "hedge" relativo à parcela efetiva acumulada na reserva de conversão de moeda estrangeira são reclassificados para o resultado do exercício quando da alienação do investimento no exterior.

A Sociedade prevê a necessidade de renovação ou de contratação de nova operação no caso das quais em que o instrumento financeiro derivativo apresente vencimento anterior ao do item objeto de "hedge".

2.17. Reconhecimento de receita

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos e outras deduções similares. As receitas decorrentes da captura das transações com cartões de crédito e de débito são apropriadas ao resultado na data da captura/processamento das transações. A receita de outros serviços prestados a parceiros e estabelecimentos comerciais é reconhecida no resultado quando da efetiva prestação de serviços.

A receita de dividendos de investimentos é reconhecida quando o direito do acionista de receber tais dividendos é estabelecido (desde que seja provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade).

A receita de juros é reconhecida quando for provável que os benefícios econômicos futuros deverão fluir para o Grupo e o valor da receita possa ser mensurado com confiabilidade. A receita de juros é reconhecida pelo método linear com base no tempo e na taxa efetiva de juros sobre o montante do principal em aberto, sendo essa taxa aquela que desconta exatamente os recebimentos de caixa futuros estimados durante a vida estimada do ativo financeiro em relação ao valor contábil líquido inicial desse ativo.

A receita com antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais é reconhecida "pro rata temporis", considerando os seus prazos de vencimento.

No caso da Me-S, no âmbito dos seus acordos com os bancos, esta assume responsabilidades do banco adquirente e é, portanto, responsável pelas taxas de intercâmbio. Além disso, o banco recebe taxas de mercado por seus serviços e, dessa forma, não está exposto aos riscos e benefícios do acordo. Adicionalmente, existem fatores como a portabilidade de contratos com estabelecimentos comerciais e o fato de a Me-S manter, no dia a dia, a interação direta com os seus clientes e de deter o risco de crédito da operação. Dessa forma, a Me-S é o devedor principal e reconhece a receita com base no valor bruto, e o intercâmbio é reconhecido como custo dos serviços prestados.

2.18. Provisão para riscos

Reconhecida quando um evento passado gera uma obrigação legal ou implícita, existe a probabilidade de uma saída de recursos e o valor da obrigação pode ser estimado com segurança.

O valor constituído como provisão é a melhor estimativa do valor de liquidação no fim de cada período de relatório, levando-se em consideração os riscos e as incertezas relacionados à obrigação. Quando se espera que o benefício econômico requerido para liquidar uma provisão seja recebido de terceiros, esse valor a receber é registrado como um ativo apenas quando o reembolso é virtualmente certo e o montante pode ser estimado com segurança.

As provisões que envolvem processos tributários estão constituídas por valor equivalente à totalidade dos tributos em discussão judicial, atualizados monetariamente, sendo computados os juros moratórios como se devidos fossem, até as datas dos balanços.

2.19. Dividendos e juros sobre o capital próprio

A proposta de distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio efetuada pela Administração da Sociedade que estiver dentro da parcela equivalente ao dividendo mínimo obrigatório é registrada como passivo circulante na rubrica "Dividendos a pagar", por ser considerada como uma obrigação legal prevista no Estatuto Social da Sociedade; entretanto, a parcela dos dividendos superior ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão das referidas demonstrações financeiras, é registrada na rubrica "Dividendos adicionais propostos", no patrimônio líquido, sendo seus efeitos divulgados na nota explicativa nº 18.g).

Para fins societários e contábeis, os juros sobre o capital próprio estão demonstrados como destinação do resultado diretamente no patrimônio líquido.

2.20. Plano de opções de ações

A Sociedade oferece a seus administradores e executivos e aos de sua controlada Servint plano de opção de compra de ações. As opções são precificadas pelo valor justo na data de concessão das outorgas e são reconhecidas de forma linear no resultado pelo prazo de concessão da opção em contrapartida ao patrimônio líquido. No fim de cada exercício, a Sociedade revisa suas estimativas da quantidade de opções cujos direitos devem ser adquiridos com base nessas condições e reconhece o impacto da revisão das estimativas iniciais, se houver, na demonstração do resultado, em contrapartida ao patrimônio líquido.

2.21. Uso de estimativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas requer a adoção de estimativas por parte da Administração da Sociedade e de suas controladas que impactam certos ativos e passivos, divulgações sobre contingências passivas e receitas e despesas no exercício demonstrado. Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado e intangível, provisão para créditos de liquidação duvidosa (sobre contas a receber de aluguel de equipamentos POS), imposto de renda e contribuição social diferidos, valorização de instrumentos financeiros derivativos, redução ao valor recuperável do ágio e provisão para riscos.

Uma vez que o julgamento da Administração envolve estimativas referentes à probabilidade de ocorrência de eventos futuros, os montantes reais podem divergir dessas estimativas. A Sociedade e suas controladas revisam as estimativas e premissas no mínimo anualmente.

2.22. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

Essa demonstração tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Sociedade e sua distribuição durante determinado exercício e é apresentada pela Sociedade, conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte de suas demonstrações financeiras individuais e como informação suplementar às demonstrações financeiras consolidadas, pois não é uma demonstração prevista nem obrigatória conforme as IFRSs.

A DVA foi preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis que servem de base de preparação das demonstrações financeiras e seguindo as disposições contidas no pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado.

2.23. Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

O Grupo não adotou de forma antecipada as IFRSs novas e revisadas a seguir, já emitidas e ainda não em vigor:

Balanco patrimonial do exercício findo em 31 de dezembro de 2011 e de 2012

	Controladora (BR GAAP)					
	31/12/2011 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2011 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Ativo:						
Circulante	3.240.503	-	3.240.503	5.888.237	-	5.888.237
Não circulante	1.676.032	-	1.676.032	2.561.235	-	2.561.235
Total do ativo	4.916.535	-	4.916.535	8.449.472	-	8.449.472
Passivo e patrimônio líquido:						
Circulante	2.735.295	(115.503)	2.619.792	4.216.660	(127.054)	4.089.606
Não circulante	771.647	-	771.647	1.955.639	-	1.955.639
Patrimônio líquido	1.409.593	115.503	1.525.096	2.277.173	127.054	2.404.227
Total do passivo e patrimônio líquido	4.916.535	-	4.916.535	8.449.472	-	8.449.472

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)						
	31/12/2011 Publicado	Efeito de "joint ventures" (*)	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2011 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Ativo:							
Circulante	3.361.330	(37.982)	-	3.323.348	6.338.629	(40.146)	6.298.483
Não circulante	1.715.101	32.030	-	1.747.131	3.698.560	30.465	3.729.025
Total do ativo	5.076.431	(5.952)	-	5.070.479	10.037.189	(9.681)	10.027.508
Passivo e patrimônio líquido:							
Circulante	2.817.098	(10.051)	(115.503)	2.691.544	4.627.457	(8.513)	(127.054)
Não circulante	834.769	4.099	-	838.868	3.123.625	(1.168)	3.122.457
Patrimônio líquido	1.424.564	-	115.503	1.540.067	2.286.107	-	127.054
Total do passivo e patrimônio líquido	5.076.431	(5.952)	-	5.070.479	10.037.189	(9.681)	10.027.508

	Controladora (BR GAAP)						Consolidado (IFRS e BR GAAP)					
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Receita líquida	5.008.553	23.004	5.031.557	5.427.406	(65.158)	23.004	5.385.252			5.385.252		
Lucro bruto	3.509.166	17.502	3.526.668	3.574.618	(14.481)	17.502	3.573.639			3.573.639		
Lucro operacional antes do resultado financeiro	2.733.427	17.502	2.750.929	2.765.285	(793)	17.502	2.781.974			2.781.974		
Lucro operacional antes do imposto de renda e da contribuição social	3.492.544	17.502	3.510.046	3.511.694	(2.492)	17.502	3.526.704			3.526.704		
Lucro líquido do exercício	2.314.616	11.551	2.326.167	2.320.618	-	11.551	2.332.169			2.332.169		

	Controladora (BRGAAP) e Consolidado (IFRS e BRGAAP)						
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	Efeito da bonificação de ações (Nota 19)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Lucro por ação:							
Lucro por ação (em R\$) - básico	3.54129	0,01768	(0,59328)	2,96569			
Lucro por ação (em R\$) - diluído	3,53552	0,01764	(0,59150)	2,96166			

	Controladora (BRGAAP)					
	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado	31/12/2012 Publicado	Efeito de alteração de política contábil (**)	31/12/2012 Reapresentado
Resultado:						
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	3.492.544	17.502	3.510.046			
Aumento (redução) nos passivos operacionais	1.077.435	(17.502)	1.055.132			
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais	1.196.870	-	1.196.870			
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de investimento	(695.282)	-	(695.282)			
Caixa líquido (aplicado nas) atividades de financiamento	(460.099)	-	(460.099)			



3.2. Controladas em conjunto ("Joint ventures")

As participações nas "joint ventures" incluem:

	Participação - %			
	Capital total		Capital votante	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
"Joint ventures":				
Orizon	40,95	40,95	40,95	40,95
Prevsaude	40,95	40,95	40,95	40,95
Precisa	40,95	40,95	40,95	40,95
Guilher	40,95	-	40,95	-
Paggo	50,00	50,00	50,00	50,00

A seguir está demonstrada a totalidade dos saldos de ativos e passivos das "joint ventures" em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e as principais rubricas da demonstração do resultado dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

Ativo:	31/12/2013			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Circulante	83.584	10.161	8.045	119
Não circulante	57.953	1.134	598	446
Total do ativo	141.537	11.295	8.643	565

Passivo e patrimônio líquido:	31/12/2013			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Circulante	11.844	1.956	1.712	732
Não circulante	629	-	68	1.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	129.064	9.339	6.863	(1.167)
Total do passivo e patrimônio líquido	141.537	11.295	8.643	565

Ativo:	31/12/2012			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Circulante	67.245	22.406	4.431	3.719
Não circulante	61.234	959	319	502
Total do ativo	128.479	23.365	4.750	4.221

Passivo e patrimônio líquido:	31/12/2012			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Circulante	7.369	8.208	1.695	3.359
Não circulante	411	-	-	2.000
Patrimônio líquido (passivo a descoberto)	120.699	15.157	3.055	(1.138)
Total do passivo e patrimônio líquido	128.479	23.365	4.750	4.221

Resultado:	31/12/2013			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Receita líquida	90.535	44.682	11.510	23
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	42.131	(3.426)	7.293	(5.187)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	8.663	(5.257)	5.345	(11.105)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	13.259	(5.568)	5.588	(11.028)

Resultado:	31/12/2012			
	Orizon	Precisa	Prevsaude	Paggo
Receita líquida	70.199	85.809	10.749	379
Lucro (prejuízo) bruto	31.689	7.849	4.827	(6.831)
Lucro (prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	15.903	6.806	3.110	(15.037)
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	19.970	6.662	3.083	(14.830)
Lucro (prejuízo) líquido do exercício	16.120	5.117	2.391	(14.830)

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Caixa e bancos:				
Moeda nacional	22.432	41.681	30.150	47.227
Moeda estrangeira	8.003	14.772	135.856	101.625
Aplicações financeiras:				
Debêntures compromissadas (a)	152.021	210.671	165.959	214.640
Certificados de Depósito Bancário - CDB (a)	72.923	12.092	89.331	37.572
"Money Market Deposit Account" - MMDA (b)	1.766	3.271	1.766	3.271
Total	257.145	282.487	423.062	404.335

As aplicações financeiras têm as seguintes características:

(a) Em 31 de dezembro de 2013, as aplicações financeiras em debêntures compromissadas e CDB foram rentabilizadas, em média, a 102,07% (102,61% em 31 de dezembro de 2012), da taxa DI.

(b) Os recursos aplicados no exterior (Nova York - Estados Unidos da América) em MMDA são rentabilizados a uma taxa prefixada de 0,25% ao ano.

Os saldos da rubrica "Caixa e bancos" são constituídos por fundo fixo de caixa e valores disponíveis em contas bancárias no Brasil e no exterior, substancialmente representados por montantes depositados pelas instituições financeiras emissoras de cartões de crédito e de débito, no caso da Sociedade, e por membros das associações de cartões, no caso da Me-S, sendo tais valores utilizados para a liquidação financeira das transações com os estabelecimentos comerciais.

As aplicações financeiras mencionadas têm liquidez imediata e seus valores de mercado não diferem relementemente dos valores contabilizados.

5. CONTAS A RECEBER OPERACIONAIS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Antecipação de recebíveis (a)	8.272.708	5.541.085	8.272.708	5.541.085
Valores a receber de transações financeiras processadas (b)	-	-	173.502	162.793
Valores a receber de estabelecimentos comerciais (c)	-	-	86.446	69.445
Trava de domicílio bancário (d)	11.593	8.737	11.593	8.737
Serviço de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte (e)	6.142	12.139	6.142	12.139
Contas a receber de serviços de "mobile payment" (f)	-	-	59.682	43.364
Contestações de portadores de cartões de crédito - "chargeback" (g)	21.772	22.469	21.772	22.469
Outras contas a receber	2.392	2.340	6.664	4.874
Total	8.314.607	5.586.770	8.638.509	5.864.906

(a) O saldo corresponde às operações de antecipação de recebíveis aos estabelecimentos comerciais referente a transações de cartões que serão recebidas dos bancos emissores de cartão em até 360 dias da data de antecipação aos estabelecimentos comerciais. Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, o referido montante está líquido do ajuste a valor presente referente à receita financeira recebida antecipadamente na data da liberação do numerário, no total de R\$ 225.507 (R\$ 131.619 em 31 de dezembro de 2012), uma vez que está relacionado à antecipação de recebíveis por vendas a crédito à vista e parcelado, cujo vencimento original ocorreria após as datas dos balanços.

(b) Correspondem a saldos a receber registrados na controlada Me-S. São representados por valores devidos pelos membros das associações de cartões por transações processadas que foram autorizadas, mas ainda não recebidas pela Me-S até as datas dos balanços. Os valores a receber são normalmente recebidos no dia útil seguinte à data da captura das transações. As associações de cartões remetem à Me-S os valores devidos aos estabelecimentos comerciais para processamento líquido da taxa de intercâmbio retida pelos bancos emissores.

(c) São representados pelo adiantamento das taxas de intercâmbio que a controlada Me-S realiza para os estabelecimentos comerciais durante o mês. Essas taxas de intercâmbio, bem como a comissão sobre os serviços prestados pela Me-S, são recebidas no início do mês subsequente àquele em que ocorreram as transações.

(d) A Sociedade ofereceu aos bancos emissores o serviço de trava de domicílio bancário mediante autorização prévia do estabelecimento comercial para bloquear qualquer transferência de recebíveis desse estabelecimento para outro banco. Por esse serviço, a Sociedade recebe comissão, a qual é liquidada no mês subsequente à solicitação da trava de domicílio bancário pelos bancos emissores.

(e) Contas a receber da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS decorrentes da prestação de serviços de captura e processamento de cartões de vale-refeição e vale-transporte.

(f) Contas a receber referentes a serviços de pagamentos eletrônicos realizados pelas controladas M4Produtos e Multisplay através de aparelhos celulares e venda de créditos telefônicos com cartões de crédito e débito.

(g) Correspondem substancialmente a saldos a receber de contestação de portadores de cartão de crédito "chargeback".

O saldo da rubrica "Contas a receber operacionais", por período de vencimento, está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
A vencer	8.292.835	5.564.301	8.616.737	5.842.437
Vencidos até 45 dias	21.772	22.469	21.772	22.469
Total	8.314.607	5.586.770	8.638.509	5.864.906

6. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DIFERIDOS

Compõem-se como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo (a)	575.860	439.699	592.542	456.416
Imposto de renda e contribuição social diferidos - Passivo (b)	-	-	325.594	307.717

Os valores de imposto de renda e contribuição social diferidos são provenientes de diferenças temporárias ocasionadas, principalmente, por provisões temporariamente indutíveis, e estão classificados no ativo não circulante e passivo não circulante.

O imposto de renda e contribuição social diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros atribuíveis às diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o respectivo valor contábil. Os valores apresentados são revisados mensalmente.

(a) Composição do imposto de renda e da contribuição social diferidos - Ativo

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:				
Provisão para riscos	342.773	274.978	354.122	283.766
Provisão para despesas diversas	156.745	121.026	160.524	126.804
Ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis	76.672	44.750	76.672	44.750
Provisão para perdas com equipamentos POS	1.224	1.096	1.224	1.096
Efeito sobre alocação de preço de aquisição de controlada	(1.554)	(2.151)	-	-
Total	575.860	439.699	592.542	456.416

(b) Composição do imposto de renda diferido - Passivo constituído em empresas no exterior

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Diferenças temporárias:				
Valor justo dos ativos intangíveis da Me-S, adquirida em 2012	317.939	301.735	317.939	301.735
Outras diferenças temporárias	7.655	5.982	7.655	5.982
Total	325.594	307.717	325.594	307.717

O imposto de renda e contribuição social diferidos - Ativo em 31 de dezembro de 2013, conforme demonstrado no item 6 (a), foram constituídos sobre diferenças temporárias. Conforme melhor estimativa da Administração, os créditos tributários constituídos sobre provisão para despesas diversas, ajuste a valor presente do contas a receber de antecipação de recebíveis e provisão para perdas com equipamentos POS, no montante de R\$ 234.641 (R\$ 238.420 no consolidado) serão realizados durante o exercício de 2014. A parcela dos créditos tributários sobre provisões para riscos, no montante de R\$ 342.773 (R\$ 354.122 no consolidado), serão realizadas quando do desfecho final de cada ação, conforme andamento processual descrito na nota explicativa nº 18.

7. INVESTIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Em controladas	803.793	695.064	-	-
Em controladas em conjunto	46.388	42.977	46.388	42.977
Total	850.181	738.041	46.388	42.977

As principais informações sobre as controladas diretas, indiretas e controladas em conjunto ("joint ventures") referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras individuais estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladas:										
Servinet	22.374	17.593	4.781	4.429	99,99	99,99	4.781	4.429	22.374	17.593
Servrede (e)	-	-	-	(1.318)	-	-	-	(1.318)	-	-
Multisplay (e)	56.966	50.858	14.109	585	50,10	50,10	7.069	293	28.540	25.480
CieloPar (d)	-	-	-	(1.598)	-	-	-	(1.598)	-	-
Braspag (d)	22.514	18.243	4.271	369	99,99	99,99	4.271	369	22.514	18.243
Cielo USA	730.365	633.748	3.367	(3.548)	100,00	100,00	3.367	(3.548)	730.365	633.748
Total controladas										
							19.488	(1.373)	803.793	695.064
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	129.064	120.699	8.365	16.120	40,95	40,95	3.425	6.600	46.972	43.546
Paggo (b)	(1.167)	(1.138)	(11.028)	(4.614)	50,00	50,00	(5.514)	(2.305)	(584)	(569)
Total controladas em conjunto							(2.089)	4.295	46.388	42.977
Total							17.399	2.922	850.181	738.041

As principais informações sobre as controladas em conjunto referente ao valor de investimento e o resultado de equivalência patrimonial registrados nas demonstrações financeiras consolidadas estão demonstradas no quadro abaixo.

	Patrimônio líquido (passivo a descoberto) ajustado		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %		Resultado de equivalência patrimonial		Investimentos	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Controladas em conjunto:										
Orizon (a)	129.064	120.699	8.365	16.120	40,95	40,95	3.425	6.600	46.972	43.546
Paggo (b) (c)	(1.167)	(1.138)	(11.028)	(14.830)	50,00	50,00	(5.514)	(7.415)	(584)	(569)
Total							(2.089)	(815)	46.388	42.977

Principais informações financeiras referente as controladas de forma indireta e controladas em conjunto de forma indireta.

	Patrimônio líquido		Lucro (prejuízo) do exercício		Participação - %	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Prevsaude	6.863	3.055	3.807	2.391	40,95	40,95
Precisa	9.339	15.157	(5.817)	5.117	40,95	40,95
Guilher	163	-	(278)	-	40,95	-
Multisplay (e)	-	-	11.443	-	-	-
M4Produtos	20.628	14.549	12.479	10.322	50,10	50,10
Paggo (b) (c)	-	-	(14.830)	-	-	-
Braspag (d)	-	-	3.527	-	-	-
Me-S	274.906	187.069	58.430	14.131	100,00	100,00

(a) O valor de R\$ 5.880 não está refletido no investimento, pois é referente ao ganho não realizado por aporte de capital com ação inicialmente refletido na CBGS Ltda., e, devido à incorporação, foi transferido para a controlada indireta CBGS. Em novembro de 2009, a CBGS foi incorporada por sua então controlada Orizon.

(b) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 3 de setembro de 2012 foi deliberada a redução de capital social da CieloPar, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Paggo passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.

(c) O investimento reconhecido pela Cielo contempla ajustes realizados no balanço de abertura da controlada Paggo em decorrência da aplicação dos procedimentos de alocação do preço de compra, de acordo com o pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, substancialmente representado pela provisão para perdas na plataforma de softwares, conforme descrito na nota explicativa nº 9.

(d) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 18 de dezembro de 2012 foi deliberada a incorporação da CieloPar pela Braspag, fazendo com que a participação que a CieloPar detinha na empresa Braspag passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.

(e) Conforme mencionado na nota explicativa nº 1, em 18 de dezembro de 2012 foi deliberada a incorporação da Servrede pela Multisplay, fazendo com que a participação que a Servrede detinha na empresa Multisplay passasse a ser detida diretamente pela Sociedade.

Na consolidação das demonstrações financeiras das controladas Multisplay e Braspag, bem como as controladas indiretas M4Produtos e Me-S (adquirida em 31 de agosto de 2012) foram utilizadas as demonstrações financeiras de 30 de novembro de 2013 para efeito de cálculo dos investimentos em 31 de dezembro de 2013. Dessa forma, os resultados da equivalência patrimonial



Com base no laudo de avaliação da alocação do ágio gerado na aquisição da Paggo, elaborado por avaliadores independentes e conforme pronunciamento técnico CPC 15 - Combinação de Negócios, obteve-se o entendimento de que o valor pago está refletido substancialmente em expectativa de rentabilidade futura, ou seja, ágio ("goodwill").

Aquisição do controle - Braspag

Em maio de 2011, através da até então controlada direta CieloPar, a Sociedade adquiriu 100% das ações do capital social da Braspag, líder em soluções para meios de pagamento eletrônicos no Brasil. A aquisição da totalidade das cotas do capital social da Braspag deu-se pelo valor de R\$ 40.000. O valor do investimento registrado contabilmente até então pela CieloPar, incluía ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 39.343, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos (*)	1.624	(967)
Ativos líquidos adquiridos - valor justo	657	-
(-) Preço total de compra considerado	40.000	-
Ágio inicialmente registrado	39.343	-

(*) De acordo com o laudo de avaliação utilizado como base para a alocação do preço de compra da Braspag, elaborado por avaliadores independentes, e considerando as características da empresa adquirente, os ativos intangíveis identificados foram a plataforma de softwares e a carteira de clientes no valor total de R\$ 4.638. Em contrapartida, foi registrada a provisão para prováveis perdas com riscos tributários e previdenciários na Braspag de R\$ 5.605.

Devido ao início do processo de reestruturação societária mencionada na nota explicativa nº 1, o benefício fiscal sobre o valor do ágio em R\$ 13.377 foi incorporado pela controlada Braspag. Portanto, o valor remanescente do ágio em R\$ 25.966 foi reconstruído na Sociedade conforme previsto na Instrução CVM nº 319/99 e nº 349/01.

Aquisição do controle - Me-S

Em agosto de 2012, a Sociedade concluiu a aquisição, através de sua controlada direta Cielo USA, de 100% das ações do capital social da Me-S, empresa norte-americana com sede na cidade de Redwood City - Califórnia.

As demonstrações financeiras da Me-S foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas nos Estados Unidos da América ("U.S. GAAP") e foram originalmente preparadas em dólares americanos. Na data da aquisição não existiam ajustes relevantes para a harmonização das U.S. GAAP às práticas contábeis adotadas no Brasil e às IFRSs.

A Cielo USA, com base em relatório de estudo de alocação de preço de compra ("PPA"), elaborado por empresa contratada, especializada e independente, efetuou a alocação do valor justo dos ativos adquiridos e passivos assumidos da Me-S; portanto, o balanço patrimonial, em reais, em 31 de agosto de 2012, considerado como balanço de abertura, é apresentado como segue:

	Valor de livros	Ajustes de aquisição	Valor justo na aquisição
Ativos (passivos) líquidos adquiridos:			
Caixa e equivalentes de caixa	93.500	-	93.500
Outros ativos (a)	22.194	6.222	28.416
Imobilizado	1.949	-	1.949
Ágio	67.709	(67.709)	-
Ativo intangível (b)	107.734	821.338	929.072
Imposto de renda diferido - Passivo sobre o valor justo dos ativos intangíveis (c)	-	(304.254)	-
Contas a pagar a estabelecimentos	(87.916)	-	(87.916)
Outras obrigações (d)	(25.072)	(8.114)	(33.186)
Total	180.098	447.483	627.581

(a) Na data da aquisição foram identificados e registrados benefícios fiscais no valor de R\$ 6.222.
(b) Refere-se à alocação nos ajustes a valor justo dos seguintes intangíveis: (i) plataforma de software de R\$ 223.300; (ii) relacionamento com clientes de R\$ 82.778; (iii) acordos de não competição com vendedores de carteiras de clientes de R\$ 71.862; (iv) outros intangíveis de R\$ 13.398, totalizando R\$ 821.338.

(c) Para fins de contabilização da aquisição efetuada e atendendo à legislação tributária norte-americana, o valor justo da aquisição dos investimentos alocado no ativo intangível não é dedutível para fins de apuração de imposto de renda nos Estados Unidos da América. Sendo assim, foi constituída provisão para imposto de renda diferido. Esses valores diferidos são amortizados para o resultado periodicamente ao montante de amortizações dos intangíveis efetuadas no exercício.

(d) Na data da aquisição foi identificada e registrada provisão para prováveis perdas com contingências tributárias no valor de R\$ 8.114.

O valor do investimento registrado contabilmente pela Cielo USA inclui ágio na aquisição das ações no montante de R\$ 818.875, gerado conforme segue:

Ativos líquidos adquiridos	180.098
Valor justo dos ativos e passivos líquidos adquiridos	447.483
Ativos líquidos adquiridos - Valor justo	627.581
Preço de compra considerado:	
Aquisição do controle da Me-S	1.365.256
Caixa e equivalentes de caixa adquiridos	81.200
Ágio inicialmente registrado	818.875

10. OUTROS INTANGÍVEIS

	Controladora (BR GAAP)			
	31/12/2013	31/12/2012		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software	20	152.886	(99.806)	53.080
Desenvolvimento de projetos	20	25.054	(13.578)	11.476
Relacionamento com clientes	10	953	(588)	365
Acordo de não competição	7,5	10.284	(4.738)	5.546
Contratos de serviços	20	11.994	(8.396)	3.598
Total		201.171	(127.106)	74.065

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)			
	31/12/2013	31/12/2012		
	Taxa anual de amortização - %	Custo	Amortização acumulada	Líquido
Software (a)	6,66 - 20	459.202	(138.263)	319.939
Desenvolvimento de projetos (b)	20	177.896	(107.188)	70.708
Acordo de não competição (c)	7,5 - 50	143.308	(41.230)	102.078
Contratos de serviços (d)	4 - 20	33.408	(13.438)	19.970
Relacionamento com clientes (e)	4 - 20	592.958	(29.856)	563.102
Marcas (f)	10	6.792	(906)	5.886
Total		1.412.564	(330.881)	1.081.683

(a) Software - refere-se a softwares adquiridos de terceiros e utilizados na prestação de serviços de processamento de informações e transações comerciais de clientes. Adicionalmente, em 2012, quando da aquisição de 100% do capital social da Me-S, foi reconhecido o ajuste do valor justo da plataforma de softwares na Cielo USA, no montante de R\$ 223.300 (equivalente a US\$ 110.000 mil). Para avaliar o valor justo da plataforma de softwares, a empresa especializada que emitiu o laudo, utilizou como critério de valorização a média dos valores obtidos com as metodologias "Relief-from-Royalty" (a um "royalty fee" de 16%) e "Cost Approach - Third-party Cost Estimates". A vida útil definida para essa plataforma de softwares é de 15 anos.

(b) Desenvolvimento de projetos - refere-se a gastos com desenvolvimento de novos produtos ou serviços que visam incrementar o faturamento e a receita da Sociedade e de suas controladas. Existem outros intangíveis gerados pela alocação do preço pago na aquisição do controle da M4U, da Braspag e da Me-S, em agosto de 2010, maio de 2011 e agosto de 2012, respectivamente. Esses intangíveis foram contabilizados com base em laudos elaborados por empresas independentes especializadas naquelas datas, e os critérios para determinação desses ativos intangíveis estão descritos a seguir:

- Acordo de não competição:**
- Multidisplay e M4U** - O valor do acordo de não competição ("with and without") foi calculado pela metodologia "Income Approach", utilizando uma taxa de desconto de 17,5% ao ano, perpetuidade de 4% ao ano e vida útil estimada de 89 meses.
- Me-S** - Com relação ao acordo de não competição, a Me-S firmou contrato com a Synovus Financial Corporation que prevê a não concorrência na carteira adquirida da Columbus Bank and Trust Company ("CB&T"), tampouco nos novos clientes adquiridos por meio da CB&T em virtude de Acordo de Recomendação. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data de término do contrato.

Adicionalmente, a Cielo USA firmou acordo de não competição com aproximadamente dez funcionários, com vencimento em 18 meses após o encerramento da transação. O valor justo desse acordo foi estimado pela metodologia "With and Without", e sua vida útil teve como base a data do término do acordo.

(d) Contratos de serviços:

- Multidisplay e M4U** - Os quatro contratos de serviços com operadoras de telecomunicações foram avaliados de acordo com o fluxo de caixa descontado de cada contrato, utilizando uma taxa de desconto de 16,5% ao ano, durante a vida útil residual de cada contrato, de aproximadamente 53 meses.
- Me-S** - Com relação a contratos de serviços, a Me-S, quando da aquisição da carteira de clientes da CB&T, firmou contrato segundo o qual teria preferência na indicação de novos clientes. O valor justo desse contrato foi estimado pela metodologia "Excess Earnings", e sua vida útil teve como base a data do término do contrato, ou seja, 2020.

- Relacionamento com clientes:**
- Braspag** - O principal componente do ativo intangível é a carteira de clientes, que foi avaliada pela metodologia "Income Approach" considerando o saldo de clientes ativos e o respectivo "churn rate", utilizando-se de uma vida útil estimada de 120 meses.
- Me-S** - A carteira de clientes da Me-S foi classificada em três principais grupos: "e-commerce", "bank customer" e "B2B/Outros". Cada carteira foi avaliada separadamente, pela metodologia "Excess Earnings", respeitando-se suas características específicas e individuais. Como taxa de desconto, foi utilizada a de 10% ao ano para as carteiras "e-commerce" e "bank customer" e 11% para "B2B/Outros". A estimativa da vida útil utilizada foi baseada nos anos em que cada carteira atinge aproximadamente 80% e 90% do valor do fluxo de caixa descontado acumulado, tendo sido adotado um intervalo entre o menor valor e o maior valor apurado.

(f) Marca - avaliada pela metodologia "Relief-from-Royalty", tendo como premissa a taxa de "royalty" de 0,3% baseada em parâmetros obtidos da "Royalty Source Intellectual Property Database", e uma taxa de desconto de 10%.

A movimentação do intangível nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2013
Software	35.042	30.160	-	(12.122)	53.080
Desenvolvimento de projetos	14.473	-	-	(2.997)	11.476
Relacionamento com clientes	412	-	-	(47)	365
Acordo de não competição	7.006	-	-	(1.460)	5.546
Contratos de serviços	6.957	-	-	(3.359)	3.598
Total	63.890	30.160	-	(19.985)	74.065

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2012	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2013
Software	282.407	38.864	(176)	(35.843)	34.687
Desenvolvimento de projetos	73.627	6.758	(826)	(16.240)	7.389
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(19.138)	70.751
Acordo de não competição	105.661	-	-	(17.135)	13.522
Contratos de serviços	27.028	-	-	(7.954)	896
Marcas	5.776	-	-	(625)	735
Total	1.005.988	45.622	(1.002)	(96.935)	1.081.683

	Controladora (BR GAAP)				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2012
Software	31.768	12.363	-	1.526	(10.615)
Desenvolvimento de projetos	17.479	-	-	-	(3.006)
Relacionamento com clientes	-	-	-	412	-
Acordo de não competição	-	-	-	7.006	-
Contratos de serviços	-	-	-	6.957	-
Total	49.247	12.363	-	15.901	(13.621)

	Consolidado (IFRS e BR GAAP)				
	31/12/2011	Adições	Baixas	Amortizações	31/12/2012
Software	282.407	38.864	(176)	(35.843)	34.687
Desenvolvimento de projetos	73.627	6.758	(826)	(16.240)	7.389
Relacionamento com clientes	511.489	-	-	(19.138)	70.751
Acordo de não competição	105.661	-	-	(17.135)	13.522
Contratos de serviços	27.028	-	-	(7.954)	896
Marcas	5.776	-	-	(625)	735
Total	1.005.988	45.622	(1.002)	(96.935)	1.081.683

As despesas com amortização de intangível foram registradas nas rubricas "Despesas gerais e administrativas" e "Custo dos serviços prestados" na demonstração do resultado.

11. TRANSAÇÕES PENDENTES DE REPASSE

Os valores devidos pelos portadores de cartões de crédito por intermédio dos bancos emissores e os valores a serem repassados aos estabelecimentos comerciais estão registrados em contas de compensação.

Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
31/12/2013	31/12/2012
Saldo a pagar a estabelecimentos comerciais	55.727.256
Saldo a receber de bancos emissores	(54.888.768)
Total	838.488
Antecipação de valores com bancos emissores	3.282.460
Total de transações pendentes de repasse	4.120.948

Adicionalmente à prestação de serviços de repasse dos montantes transacionados nos cartões de crédito e débito entre os bancos emissores e os estabelecimentos comerciais, a Sociedade também garante aos estabelecimentos comerciais afiliados ao sistema que eles receberão de qualquer forma os repasses das transações de cartões de crédito. Conforme descrito na nota explicativa nº24.c, a Sociedade dispõe de instrumento para mitigação de risco de crédito dos emissores dos cartões, com o intuito de proteger-se quanto a eventual risco de "default" dessas instituições. Com base no valor irrelevante de histórico de perdas da Sociedade em virtude de inadimplência dos emissores e atuais riscos de crédito dessas instituições, a Sociedade estima que o valor justo das garantias aos estabelecimentos comerciais não é relevante e, portanto, não é contabilizado como passivo.

12. CONTAS A PAGAR A ESTABELECIMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Transações pendentes de repasse (a)	4.120.948	2.432.962	4.120.948	2.432.962
Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais (b)	-	-	192.826	216.026
Cauções de clientes (c)	-	-	91.161	78.004
Total	4.120.948	2.432.962	4.404.935	2.726.992

(a) Transações pendentes de repasse - As transações pendentes de repasse correspondem à diferença entre os valores recebidos dos emissores de cartão referentes às transações feitas pelos portadores de cartões e os montantes a serem repassados aos estabelecimentos comerciais. De forma geral, o prazo de liquidação dos emissores de cartão de crédito para a Sociedade é de 28 dias e o prazo médio de liquidação da Sociedade com os estabelecimentos comerciais é de 30 dias. Portanto, esse saldo a pagar em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 corresponde ao "float" de aproximadamente dois dias.

(b) Valores a liquidar a estabelecimentos comerciais - Representados por valores devidos pela controlada Me-S a seus estabelecimentos comerciais, referentes a transações capturadas e processadas até as datas dos balanços. Tais valores são liquidados no dia útil seguinte à captura das transações.

(c) Cauções de clientes - A controlada Me-S requer depósitos como garantia de clientes para fazer frente a potenciais riscos de reclamação por parte dos portadores de cartões em decorrência de fraude na transação ou inatenuação do estabelecimento comercial.

13. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Finame (a)	449.911	337.437	449.911	337.437
Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds" (b)	1.094.730	952.830	2.038.574	1.776.701
Total	1.544.641	1.290.267	2.488.485	2.114.138
Circulante	269.555	160.606	273.110	165.404
Não circulante	1.275.086	1.129.661	2.215.375	1.949.098
Total	1.544.641	1.290.267	2.488.485	2.114.138

(a) **Finame**
A taxa média ponderada de encargos financeiros é de 5,08% ao ano em 31 de dezembro de 2013 (7,77% ao ano em 31 de dezembro de 2012).

A Sociedade é beneficiária de uma linha de crédito com o BNDES relativa a operações de repasse de Finame, um empréstimo destinado a financiar a aquisição de máquinas e equipamentos novos, de fabricação nacional, concedido pelo BNDES. O referido repasse ocorre por meio da concessão de crédito à Sociedade, gerando direitos de recebimento por parte da instituição financeira credenciada como agente financeiro, no caso, Banco do Brasil S.A., Banco Safra S.A. e HSBC Bank Brasil S.A., que contratam com a Sociedade as referidas operações de financiamento.

Os contratos firmados têm como garantia a transferência da propriedade fiduciária dos bens adquiridos através de Finame.
(b) **Financiamentos de longo prazo - "ten years bonds"**
Em novembro de 2012, a Sociedade e a controlada Cielo USA concluíram a operação financeira de emissão de "bonds" no valor total de US\$ 875 milhões, sendo US\$ 470 milhões emitidos pela Sociedade e US\$ 405 milhões emitidos pela controlada Cielo USA. O montante captado pela Cielo USA foi utilizado para pagamento da aquisição do controle acionário da Me-S. Com relação à Sociedade, tais recursos foram utilizados para o fomento de capital de giro.

O financiamento foi captado com juros de 3,75% ao ano. Os juros são pagos semestralmente e o principal em novembro de 2022.

Os custos diretamente relacionados ao processo de emissão desses "bonds" (bancos, auditores e advogados) foram registrados no passivo e estão sendo apropriados ao resultado em virtude da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado.

Na cláusula de "covenants" financeiros em relação à operação financeira de emissão de "bonds". A mutação dos empréstimos e financiamentos para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Saldo em 31 de dezembro de 2011	150.848	150.848	150.848	150.848
Novas captações	1.184.054	-	1.184.054	-
Pagamento de principal	(35.487)	(863.727)	(35.487)	(863.727)
Varição cambial (principal e juros)	(13.340)	(5.980)	(13.340)	(5.980)
Juros provisionados e encargos apropriados	25.888	35.974	25.888	35.974
Juros pagos	(21.696)	(25.012)	(21.696)	(25.012)
Saldo em 31 de dezembro de 2012	1.290.267	2.114.138	1.290.267	2.114.138
Novas captações	318.836	318.836	318.836	318.836
Pagamento de principal	(206.481)	(206.481)	(206.481)	(206.481)
Varição cambial (principal e juros)	140.600	261.307	140.600	261.307
Juros provisionados e encargos apropriados	64.583	96.821	64.583	96.821
Juros pagos	(63.164)	(96.136)	(63.164)	(96.136)
Saldo em 31 de dezembro de 2013	1.544.641	2.488.485	1.544.641	2.488.485

Composição de empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante
A composição do saldo da rubrica "Empréstimos e financiamentos" classificados como não circulante em 31 de dezembro de 2013, por ano de vencimento, é demonstrada a seguir:

Ano de vencimento	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
2015	145.217	145.217	145.217	145.217
2016	39.329	39.329	39.329	39.329
2022	1.090.540	2.030.829	1.090.540	2.030.829
Total	1.275.086	2.215.375	1.275.086	2.215.375

14. FORNECEDORES

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012



Sociedade estão limitadas ao saldo disponível na rubrica "Reserva de Capital" apurada durante o exercício social, observados os artigos 1º e 12 da Instrução nº 10/80. Cabe à Administração da Sociedade definir a oportunidade e a quantidade de ações a ser adquirida, dentro dos limites autorizados.

A movimentação das ações em tesouraria está assim representada:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		Custo médio - R\$ por ação
	Ações	Valor	
Saldo em 31 de dezembro de 2012	727.778	(23.410)	32,17
Venda em janeiro de 2013	(11.455)	368	32,17
Venda em fevereiro de 2013	(42.672)	1.373	32,17
Recupera em fevereiro de 2013	70.819	(4.066)	34,57
Recupera em março de 2013	660.000	(38.488)	45,85
Venda em março de 2013	(14.591)	551	45,85
Venda em abril de 2013	(56.938)	2.608	45,85
Saldo em ações em tesouraria antes da bonificação	1.332.941	(61.064)	45,85
Aumento das ações em tesouraria em decorrência da bonificação (*)	266.588	-	-
Venda em maio de 2013	(2.342)	89	38,18
Venda em junho de 2013	(4.808)	184	38,18
Venda em julho de 2013	(753.310)	28.759	38,18
Venda em agosto de 2013	(283.637)	10.828	38,18
Venda em setembro de 2013	(30.098)	1.149	38,18
Venda em outubro de 2013	(125.713)	4.799	38,18
Venda em novembro de 2013	(56.334)	2.151	38,18
Venda em dezembro de 2013 antes da recompra	(1.710)	65	38,18
Recupera em dezembro de 2013	368.160	(24.155)	52,41
Venda em dezembro de 2013	(2.682)	140	52,41
Saldo final em 31 de dezembro de 2013	707.055	(37.055)	52,41

(*) Bonificação: foram emitidas novas ações ordinárias, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias de que fossem titulares, gerando o efeito total de 266.588 novas ações.

As ações adquiridas serão mantidas em tesouraria para posterior alienação, cancelamento ou utilização no exercício das opções de compra de ações outorgadas aos administradores e colaboradores da Sociedade.

d. Resultados abrangentes

Representam os ajustes cumulativos de conversão para moeda estrangeira dos investimentos no exterior e dos ganhos ou das perdas em instrumentos de "hedge" de investimentos no exterior, líquidos dos efeitos fiscais. Os saldos abaixo apresentam os ajustes acumulados nas datas dos balanços, como seguem:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012
Varição cambial sobre investimento no exterior	100.209	6.845
Resultado com instrumentos de "hedge" ("bonds") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(84.116)	8.779
Resultado com instrumentos de "hedge" ("NDF") sobre operações no exterior, líquido dos efeitos tributários	(10.645)	(10.645)
Total	5.448	4.979

e. Reserva de lucros - legal

Está representada pelos montantes constituídos à razão de 5% do lucro líquido apurado no encerramento do exercício, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social. O saldo da reserva legal em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 200.000 (R\$ 100.000 em 31 de dezembro de 2012).

f. Reserva de lucros - orçamento de capital

Em 31 de dezembro de 2013, foi constituída reserva de lucros através da retenção de parte do lucro líquido do exercício de 2013 em R\$ 772.081, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76 e do artigo 5º, parágrafo único, da Instrução CVM nº 469, de 2 de maio de 2008. Adicionalmente, foi complementada reserva de lucros a partir do resultado advindo da alteração de política contábil, referente ao reconhecimento de receita proveniente de comissão de vendas parceladas em R\$ 127.054, composto por R\$ 115.503 registrado no balanço de abertura datado em 31 de dezembro de 2011, e R\$ 11.551 registrado no resultado do exercício de 2012 (vide nota explicativa nº3).

A retenção referente ao exercício de 2013, bem como sobre o efeito da alteração de prática contábil, em R\$ 899.135, está fundamentada em orçamento de capital, elaborado pela Administração e aprovado pelo Conselho de Administração no dia 28 de janeiro de 2014, o qual será submetido à aprovação dos acionistas em Assembleia Geral Ordinária a ser realizada em 31 de março de 2014. A proposta de orçamento de capital está justificada pela necessidade de aplicação em capital de giro, que visará substancialmente fomentar a operação de recebíveis ("ARV").

O saldo da reserva de orçamento de capital em 31 de dezembro de 2013 é de R\$ 1.551.385 (R\$ 1.152.250 em 31 de dezembro de 2012).

g. Dividendos e juros sobre o capital próprio

Aos acionistas é assegurado, estatutariamente, dividendo mínimo de 5% sobre os lucros auferidos, após a constituição da reserva legal de 5% do lucro líquido do exercício, até que essa reserva atinja 20% do capital social. O saldo remanescente de lucro líquido do exercício societário será destinado de acordo com a deliberação da Assembleia Geral. A Sociedade registra, no encerramento do exercício social, provisão para o montante de dividendo mínimo que ainda não tenha sido distribuído durante o exercício até o limite do dividendo mínimo obrigatório descrito anteriormente. O Estatuto Social faculta à Sociedade o direito de levantar balanços semestrais ou em períodos menores e, com base neles, respeitadas os limites previstos em lei, o Conselho de Administração poderá aprovar a distribuição de dividendos à conta de lucro. Poderá ainda o Conselho de Administração declarar dividendos intermediários à conta de lucros existentes, com base no último balanço aprovado pelos Acionistas.

Durante reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de fevereiro de 2013, foi deliberada a distribuição de complemento dos dividendos e juros sobre capital próprio sobre os lucros, com base nas demonstrações financeiras em 31 de dezembro de 2012, nos montantes de R\$ 803.502. Esses dividendos e juros sobre o capital próprio foram pagos aos acionistas em 28 de março de 2013. Conforme ata de reunião do Conselho da Administração realizada em 21 de agosto de 2013, foi deliberada a distribuição de 70% do resultado do semestre findo em 30 de junho de 2013, no montante R\$ 840.700, sendo R\$ 49.400 a título de juros sobre capital próprio e R\$ 791.300 a título de dividendos. Os proventos foram pagos aos acionistas em 30 de setembro de 2013.

Adicionalmente, em 28 de janeiro de 2014, o Conselho de Administração aprovou, "ad referendum" da Assembleia Geral Ordinária que será realizada em 31 de março de 2014, a proposta para pagamento de dividendos e juros sobre o capital próprio, nos montantes de R\$ 914.820 e R\$ 46.000, respectivamente, referentes aos resultados auferidos no segundo semestre de 2013, que, somados aos dividendos e juros sobre o capital próprio de R\$ 840.700 pagos em setembro de 2013, correspondem a uma distribuição de 70% do lucro líquido auferido no exercício de 2013.

Os dividendos foram calculados conforme demonstrado a seguir:

Lucro líquido do exercício	2.673.601
Reserva de lucros - reserva legal	(100.000)
Base de cálculo dos dividendos mínimos	2.573.601
Dividendos intercalares pagos	791.300
Dividendos provisionados	414.410
Juros sobre o capital próprio pagos	49.400
Juros sobre o capital próprio provisionados	46.000
IRRF sobre os juros sobre o capital próprio	(14.309)
Dividendo mínimo obrigatório anual - 50%	1.286.800
Valor excedente ao dividendo mínimo obrigatório	500.410

A parcela dos dividendos excedente ao dividendo mínimo obrigatório, declarada pela Administração após o período contábil a que se referem as demonstrações financeiras, mas antes da data de autorização para emissão destas, não deverá ser registrada como passivo nas respectivas demonstrações financeiras, devendo os efeitos da parcela dos dividendos complementares ser divulgados em nota explicativa. Em 31 de dezembro de 2013, o valor excedente ao mínimo obrigatório de R\$ 500.410 foi registrado no patrimônio líquido como "Dividendo adicional proposto".

19. LUCRO LÍQUIDO POR AÇÃO

a. Movimentação do número de ações ordinárias emitidas

	Ordinárias
Ações em 31 de dezembro de 2012	654.368.446
Exercício de opção de compra de ações:	
janeiro de 2013	11.455
fevereiro de 2013	42.672
recupera de ações em tesouraria - fevereiro	(70.819)
recupera de ações em tesouraria - março	(660.000)
Exercício de opção de compra de ações:	
março de 2013	14.591
abril de 2013	56.938
Efeito de bonificação de ações - abril de 2013	130.752.657
Exercício de opção de compra de ações:	
maio de 2013	2.342
junho de 2013	4.808
julho de 2013	753.310
agosto de 2013	283.637
setembro de 2013	30.098
outubro de 2013	125.713
novembro de 2013	56.334
dezembro de 2013	4.392
recupera de ações em tesouraria - dezembro	(368.160)
Total	785.408.414

Lucro por ação

Conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 41 - Resultado por Ação, a seguir estão reconciliados o lucro líquido e a média ponderada das ações em circulação com os montantes usados para calcular o lucro por ação básico e diluído.

Em 26 de abril de 2013, houve o aumento do capital social em R\$ 500.000 mediante capitalização de reservas de orçamento de capital, atribuindo-se aos acionistas, gratuitamente, a título de bonificação, uma nova ação ordinária para cada lote de cinco ações ordinárias de que forem titulares na posição final do dia 26 de abril de 2013. Esses eventos foram considerados retrospectivamente no cálculo do lucro básico e diluído, como se tivessem ocorrido no início do exercício mais antigo apresentado, como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	2.673.601	2.326.167	2.673.601	2.326.167
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	783.885	784.360	783.885	784.360
Lucro por ação (em R\$) - Básico	3,41071	2,96569	3,41071	2,96569

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Lucro líquido do exercício disponível para as ações ordinárias	2.673.601	2.326.167	2.673.601	2.326.167
Denominador diluído:				
Média ponderada das ações ordinárias em circulação (em milhares)	783.885	784.360	783.885	784.360
Potencial incremento nas ações ordinárias em virtude do plano de opção de ações	1.117	1.068	1.117	1.068
Total (em milhares)	785.002	785.428	785.002	785.428
Lucro por ação (em R\$) - diluído	3,40585	2,96166	3,40585	2,96166

20. RECEITA LÍQUIDA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receita operacional bruta	6.357.492	5.605.834	7.416.883	5.996.810
Impostos sobre serviços	(644.975)	(574.277)	(682.643)	(611.558)
Total	5.712.517	5.031.557	6.734.240	5.385.252

A receita operacional bruta é composta pelas comissões cobradas de estabelecimentos comerciais, pelo aluguel de equipamentos POS, pela prestação de serviços de utilização de rede, bem como por outros serviços relacionados aos meios de pagamento eletrônicos.

21. DESPESAS POR NATUREZA

A Sociedade optou por apresentar a demonstração do resultado consolidado por função. O detalhamento dos custos dos serviços prestados e das despesas operacionais líquidas por natureza está apresentado a seguir:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Despesas com pessoal	276.503	221.208	404.027	321.397
Depreciações e amortizações	309.912	289.070	391.211	315.881
Serviços profissionais	319.295	237.015	281.446	116.442
Gastos com aquisição (a)	1.408.043	1.234.891	2.009.751	1.382.224
Vendas e marketing (b)	236.413	236.412	255.954	240.682
Custo com créditos de celulares em controlada (c)	-	-	114.711	121.907
Outras	47.520	64.954	91.040	103.931
Total	2.597.686	2.283.550	3.548.140	2.602.464
Classificadas como:				
Custo dos serviços prestados	1.734.466	1.504.889	2.549.652	1.807.613
Comissão de afiliação	169.025	124.416	267.289	208.981
Despesas gerais e administrativas	279.526	295.853	289.661	220.679
Vendas e marketing	236.413	236.412	255.954	240.682
Outras despesas operacionais, líquidas	178.256	121.980	185.584	124.509
Total	2.597.686	2.283.550	3.548.140	2.602.464

As tabelas a seguir incluem os saldos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 e o valor, discriminado por modalidades de contrato, acionistas e controladas, das operações com partes relacionadas em que a Sociedade participa, relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012:

	Controladora (BR GAAP)								Total	Total
	31/12/2013				31/12/2012					
	Acionistas		Controladas e Joint Ventures		Acionistas		Controladas e Joint Ventures			
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	M4 Produtos	Paggo	Braspag	Cielo USA		
Ativos (Passivos):										
Aplicações financeiras (a)	71.880	2.753	-	-	-	-	-	-	74.633	88.157
Contas a receber operacionais	2.110	1.838	-	-	-	-	-	-	3.948	4.026
Contas a receber de controladas e controladas em conjunto	-	-	-	45	-	-	28	-	-	73
Contas a pagar a controladas e controladas em conjunto	-	-	(12.127)	-	(130)	-	(313)	-	(12.570)	(11.409)

	Controladora (BR GAAP)								Total	Total
	31/12/2013				31/12/2012					
	Acionistas		Controladas e Joint Ventures		Acionistas		Controladas e Joint Ventures			
	Banco Bradesco	Banco do Brasil	Servinet	Orizon	Multidisplay	Produtos	Paggo	Braspag		
Receitas:										
Receitas de aplicações financeiras (a)	5.407	992	-	-	-	-	-	-	6.399	8.217
Receitas de prestação de outros serviços (b)	20.182	18.485	-	-	1.437	4.623	428	354	45.509	30.632
Receitas de aluguel de equipamentos POS (c)	-	-	-	1.115	-	-	-	-	-	1.115
Despesas:										
Outras despesas operacionais - Comissão de afiliação	(6.163)	(5.240)	-	-	-	-	-	-	(11.403)	(9.420)
Outras despesas operacionais (d)	(15.578)	(2.714)	-	-	-	(2.354)	-	(4.116)	(24.762)	(13.889)
Contratos de prestação de serviços com a Servinet (e)	-	-	(114.900)	-	-	-	-	-	(114.900)	(119.898)
Prestação de serviços de processamento de dados (f)	-	-	-	-	-	(2.663)	-	(5,372)	(8,035)	(7,809)

(a) As Aplicações financeiras, quanto a prazos, encargos e taxas de remuneração, foram realizadas em condições semelhantes às que seriam aplicáveis a partes não relacionadas.
(b) Correspondem a serviços de prevenção à fraude e trava de domicílio bancário prestados pela Sociedade aos bancos acionistas e comissão sobre processamento de transações para as empresas M4 Produtos e Multidisplay. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com outros bancos emissores.
(c) Vide nota explicativa nº 5.(e).
(d) Serviços contratados com bancos acionistas, referentes a: (i) seguro de vida coletivo empresarial; (ii) seguros hospitalar e odontológico; e (iii) contrato de previdência privada. A Sociedade entende que as condições financeiras praticadas pelos acionistas, quanto a preços, prazos e demais condições, foram realizadas em condições semelhantes àqueles praticadas com terceiros.
(e) A Sociedade contratou a Servinet para prestar serviços de instalação e manutenção dos equipamentos POS nos estabelecimentos comerciais. A remuneração prevista pelos serviços prestados é estabelecida com base nos custos incorridos pela Servinet quando da prestação dos referidos serviços, acrescidos de impostos e contribuições, bem como de margem de remuneração.
(f) Refere-se a serviços de processamento de dados prestados pela M4 Produtos e pela Braspag.

Principais transações com partes relacionadas

- Saldos de bancos emissores**
Os valores a receber de bancos emissores, apresentados líquidos na rubrica "Contas a pagar a estabelecimentos", referem-se aos montantes que devem ser repassados pelos emissores à Sociedade decorrentes das transações realizadas com cartões de crédito e de débito, os quais serão posteriormente repassados pela Sociedade aos estabelecimentos credenciados. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais emissores de cartões de crédito ou de débito.
- Impostos a pagar em domicílio**
A Sociedade detém contratos com bancos domicílio que visam incentivar os faturamentos de comissões e operações de antecipações de recebíveis. Nesses contratos, a Sociedade remunera os bancos de acordo com metas de "performance" neles estabelecidas.
- Antecipação da agenda de recebíveis com bancos emissores**
A Sociedade detém contratos de antecipação de valores vindentes, referentes aos repasses que o banco emissor acionista deve fazer à Sociedade em razão das transações efetuadas pelos clientes do banco portadores dos cartões de crédito. Essas operações de antecipação são realizadas para a geração de capital de giro de curto prazo e os valores depositados em conta-corrente são líquidos das taxas de antecipação, "pro rata temporis", calculados com taxas de mercado que não diferem substancialmente daquelas praticadas por bancos emissores que não são acionistas da Sociedade.
- Serviços de utilização da rede credenciada Cielo ("Value Added Network - VAN")**
A Sociedade detém contratos de serviço com a Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS. Tais serviços incluem captura, autorização e processamento de transações com cartões ALELO, bem como o atendimento aos estabelecimentos comerciais, serviços de "back office" operacional e financeiro, prevenção à fraude, emissão de extrato e controle financeiro das transações eletrônicas resultantes dessas transações. As taxas e tarifas cobradas por essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais parceiros terceiros.
- Serviços de VAN e taxa de conectividade - Amex**
Em 30 de junho de 2013, a Sociedade assinou um contrato não exclusivo de prestação de serviços de captura de transações de cartões emitidos com a Bandeira Amex (VAN), com a BankPar S.A. ("BankPar"), empresa do Grupo Bradesco licenciada dos direitos da bandeira American Express ("Amex") no Brasil. Adicionalmente, em dezembro de 2011, foi assinado o termo aditivo ao contrato de prestação de serviços, cujo objetivo é a renovação do contrato de VAN até 31 de dezembro de 2012, o qual possui cláusula de renovação automática anual, bem como a equalização dos benefícios econômicos da Sociedade e da BankPar decorrentes desse contrato, conforme avaliação feita sob assessoria de banco de investimento especializado. Em termos financeiros, tal equalização foi realizada pela inclusão da taxa de conectividade devida pela Sociedade à BankPar, referente à disponibilização de tecnologia que viabiliza o acesso da Sociedade à base dos sistemas de aquisição de estabelecimentos afiliados à bandeira Amex, e resultou em um pagamento de R\$ 38 milhões. A expansão da parceria com a bandeira Amex tem alto potencial de geração de valor à Sociedade à medida que complementa seu portfólio de bandeiras. A assinatura de referidos documentos teve a aprovação do Conselho de Administração, observados para tanto os impedimentos legais.
- Trava de domicílio bancário**
É decorrente de contratos de prestação de serviços de trava de domicílio bancário firmados com vários bancos, cujo serviço consiste em assegurar aos bancos a trava do domicílio bancário dos estabelecimentos credenciados que venham a efetuar operações financeiras com eles. Essas transações com partes relacionadas são efetuadas a preços e condições semelhantes àqueles praticados com os demais bancos domicílio.
- Escrituração de ações da Sociedade**
Contrato de prestação de serviços de escrituração de ações da Sociedade firmado com o Banco Bradesco S.A., pelo qual esta presta serviços de escrituração de ações e de agente emissor de certificados de ações de emissão da Sociedade.
- Serviços operacionais - Programa de emissão de ações**
Contrato que consiste na prestação de serviços operacionais para o programa de opções de ações ("stock options") e respectivas outorgas firmado com a Bradesco S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
- Outros contratos pulverizados**
Além dos saldos registrados, a Sociedade mantém outros serviços contratados com os principais acionistas, a saber:
 - Serviços de "cash management".
 - Seguros contábeis.
 - Serviços de previdência complementar.
 - Cartão de crédito corporativo.
 - Serviço de pagamento a fornecedores.

Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros do Grupo são caixa e equivalentes de caixa, contas a receber operacionais e de controladas e controladas em conjunto, depósitos judiciais, contas a pagar a estabelecimentos financeiros e anexo, bem como depósitos judiciais, contas a receber operacionais e empréstimos e financiamentos. Em 31 de dezembro de 2013, os valores estimados de mercado dos instrumentos financeiros podem ser assim demonstrados:

Categoria	31/12/2013	
	Valor contábil	Valor de mercado



	Controladora (BR GAAP)	Consolidado (IFRS e BR GAAP)
Passivo:		
Contas a pagar a estabelecimentos comerciais	(3.443)	(124.701)
Outros passivos	-	(15.086)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Principal	(470.000)	(875.000)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Juros	(2.203)	(4.096)
Empréstimos e financiamentos no exterior - Encargos	-	3.885
Imposto de renda diferido	-	(146.056)
Efeito tributário sobre instrumento de "hedge" - "Bonds" designado como proteção do investimento líquido no exterior	159.800	159.800
Total	(315.846)	(1.001.254)

Posição comprada de dólares norte-americanos 306 182

A Sociedade dispõe de operação de proteção contra oscilação de moedas, que consiste na pré- venda dos dólares norte-americanos, o que reduz significativamente eventuais riscos de exposição de oscilação da moeda.

Análise de sensibilidade de moeda estrangeira

O Grupo está exposto principalmente ao dólar norte-americano. A análise de sensibilidade inclui somente itens monetários em aberto e em moeda estrangeira e ajusta sua conversão no fim de cada período de relatório para uma mudança de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio. A análise de sensibilidade inclui empréstimos com terceiros quando a denominação do empréstimo é realizada em moeda diferente da moeda do credor ou do devedor. Em 31 de dezembro de 2013, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de câmbio, haveria aumento ou redução no resultado e no patrimônio líquido, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP) e Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%
Resultado (I)	345	864	1.727
Patrimônio líquido (I)	72	179	358

(I) Refere-se principalmente à exposição dos saldos recebíveis e a pagar em dólares norte-americanos no fim de cada período de relatório.

Risco de taxa de juros em aplicações financeiras

Os resultados da Sociedade estão suscetíveis a variações significativas decorrentes das operações de aplicações financeiras contratadas a taxas de juros flutuantes. De acordo com suas políticas financeiras, a Sociedade vem aplicando seus recursos em instituições financeiras de primeira linha, não tendo efetuado operações envolvendo instrumentos financeiros que tenham caráter especulativo.

Risco de liquidez

O Grupo gerencia o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, através do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

Análise de sensibilidade de variações na taxa de juros - Aplicações financeiras e empréstimos e financiamentos

Os rendimentos oriundos das aplicações financeiras da Sociedade são afetados pelas variações na taxa de CDI (fonte: Cetip) e os empréstimos pela variação da Taxa de Juros de Longo Prazo - TJLP (fonte: Banco Central do Brasil - Bacen) e Libor (fonte: Bloomberg). Em 31 de dezembro de 2013, estimando o aumento ou a redução de 10%, 25% e 50% nas taxas de juros, haveria aumento ou redução das receitas ou despesas, conforme segue:

	Controladora (BR GAAP)			Consolidado (IFRS e BR GAAP)		
	10%	25%	50%	10%	25%	50%
Aplicações financeiras	1.819	4.549	9.097	1.978	4.946	9.891
Empréstimos e financiamentos	6.365	15.913	31.826	9.511	23.779	47.557

25. COMPROMISSOS

A Sociedade tem como principais atividades os serviços de captura, transmissão, processamento e liquidação financeira das transações realizadas com cartões de crédito e de débito das bandeiras. Para viabilizar tais atividades, a Sociedade celebrou os seguintes contratos:

a. Contratos de aluguel

Em 31 de dezembro de 2013, com base nos contratos vigentes, os pagamentos anuais futuros estimados de aluguel são os seguintes:

Ano	12.186
2014	12.186
2015	12.865
2016	13.543
Total	38.594

A maioria dos contratos possui cláusula de multa rescisória, com caução de três aluguéis, podendo a devolução parcial ser negociada em cada caso.

Fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística

Em 31 de dezembro de 2013, com base nos contratos vigentes, os pagamentos futuros estimados de fornecedores de telecomunicações, equipamentos POS, tecnologia e logística são os seguintes:

Ano	651.462
2014	651.462
2015	687.749
2016	723.993
Total	2.063.204

Os contratos de captura e processamento de transações preveem multas rescisórias no valor total de R\$ 3.205. Os contratos de logística estão vigentes desde junho de 2007, com prazo mínimo de 12 meses, tendo como multa rescisória o valor de R\$ 5.539. Os contratos de telecomunicações preveem multa rescisória no valor total de R\$ 29.705.

26. PARTICIPAÇÃO DE COLABORADORES E ADMINISTRADORES NO LUCRO

A Sociedade e suas controladas concedem participação nos lucros a seus colaboradores e administradores, vinculada ao alcance de metas operacionais e objetivos específicos, estabelecidos e aprovados no início de cada exercício social.

Os valores de participação dos colaboradores e administradores no lucro dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foram registrados na rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração do resultado e estão apresentados como segue:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Colaboradores	41.092	29.913	55.377	42.778
Diretores estatutários	13.759	11.681	14.614	12.902
Total	54.851	41.594	69.991	55.680

27. REMUNERAÇÃO DE ADMINISTRADORES E EXECUTIVOS

O pessoal-chave da Administração inclui os membros do Conselho de Administração e os diretores estatutários. As despesas registradas no resultado do exercício são como seguem:

	31/12/2013			31/12/2012		
	Fixa	Variável (*)	Total	Fixa	Variável (*)	Total
Diretores estatutários	5.748	11.054	16.802	4.976	9.410	14.386
Conselhos de administração	1.458	-	1.458	1.293	-	1.293
Total	7.206	11.054	18.260	6.269	9.410	15.679

(*) Não contempla o plano de opções de compra de ações (conforme nota explicativa nº 31). A remuneração global anual dos administradores (Diretoria Executiva e Conselho de Administração) em 2013, fixada na Assembleia Geral Ordinária de 26 de abril de 2013, foi de R\$ 32.458, acrescidos dos correspondentes tributos e contribuições incidentes, na forma da legislação aplicável. Para o Conselho Fiscal a remuneração no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 foi de R\$ 309.

DIRETORIA ESTATUTÁRIA

Rômulo de Mello Dias - Presidente	Clovis Poggetti Junior	Eduardo Chedid Simões	Plínio Cardoso da Costa Patrão	Roberto Menezes Dumani	Dilson Tadeu da Costa Ribeiro	Claudio Eduardo Vianna de Oliveira
Ricardo Grosvenor Breakwell - Contador - CRC 1SP279519/0-5						

CONSELHO FISCAL

Marcio Hamilton Ferreira	Haroldo Reginaldo Levy Neto	Marcelo Santos Dall' Occo
--------------------------	-----------------------------	---------------------------

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Domingos Figueiredo de Abreu Alexandre Rappaport	Milton Almirar Silva Vargas Marcelo de Araújo Noronha	Maria Izabel Gribel de Castro Alexandre Correa Abreu	José Maurício Pereira Coelho Raul Francisco Moreira	Gilberto Mifano Francisco Augusto da Costa e Silva
---	--	---	--	---

PARECER DO CONSELHO FISCAL

*Aos Senhores Acionistas da Cielo S.A.
 Os membros do Conselho Fiscal da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições legais, tendo examinado o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2013, e à vista do relatório da KPMG Auditores Independentes, apresentado sem ressalvas, são de opinião que as citadas peças, examinadas à luz das práticas contábeis adotadas no Brasil, refletem adequadamente a situação patrimonial e financeira da Sociedade, opinando por sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária dos Acionistas*.

Barueri, 27 de janeiro de 2014

DECLARAÇÃO DA DIRETORIA SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

A Diretoria declara que revisou, discutiu e concordou com as Demonstrações Financeiras da Companhia referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013, bem como, concordou com o relatório dos auditores independentes.

Barueri, 28 de Janeiro de 2014.

RELATÓRIO ANUAL RESUMIDO DO COMITÊ DE AUDITORIA

De acordo com o estabelecido no parágrafo 1º do artigo 27 do Estatuto Social da Cielo (disponível no site <http://www.cielo.com.br> - Relações com Investidores), cabe ao Comitê de Auditoria assessorar o Conselho de Administração na obrigação de zelar: a) pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Cielo S.A.; b) pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares; c) pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria externa e da auditoria interna; e d) pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de administração de riscos do Conglomerado. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores externos, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos e nas suas próprias análises decorrentes de observação direta. O Comitê de Auditoria reúne-se no mínimo, trimestralmente em sessões ordinárias. No período de fevereiro de 2013 a janeiro de 2014 o Comitê realizou 9 (nove) sessões ordinárias e 1 (uma) extraordinária. Nesse período o Comitê de Auditoria reuniu-se com a Diretoria de Controles Internos, a Diretoria de Auditoria Interna, e os Auditores Independentes, além de outras áreas e órgãos. Os membros do Comitê de Auditoria da Cielo S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam ao exame e análise das demonstrações financeiras, acompanhadas do parecer dos auditores independentes e do relatório anual da administração relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2013 ("Demonstrações Financeiras Anuais de 2013") e, considerando as informações prestadas pela administração da Companhia e pela KPMG Auditores Independentes, bem como a proposta de destinação do resultado do exercício de 2013, bem como suportados pelas atividades desempenhadas e acompanhadas durante o exercício, opinar, por unanimidade, que estes refletem adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e suas controladas, e recomendaram a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia e o seu encaminhamento à Assembleia Geral Ordinária de Acionistas, nos termos da Lei das Sociedades por Ações.

Barueri, 27 de Janeiro de 2014.

Gilberto Mifano Coordenador do Comitê de Auditoria	Armstrong Luiz de Moura Membro do Comitê de Auditoria	José Antonio Teixeira Membro do Comitê de Auditoria
---	--	--

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas e Administradores da Cielo S.A.
 Barueri-SP

Introdução
 Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Cielo S.A. ("Sociedade"), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras
 A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações financeiras consolidadas de acordo com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board - IASB*, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes
 Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Sociedade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião

28. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas financeiras:				
Rendimentos de aplicações financeiras	18.194	19.684	19.782	22.008
Outras receitas financeiras	210	418	291	543
Total	18.404	20.102	20.073	22.551

Despesas financeiras:
 Juros de mora e multas (99) (159) (121) (180)
 Multas e juros de riscos (3.837) (2.977) (2.638) (3.046)
 Antecipação do fluxo de recebíveis com emissores (154.682) (49.339) (154.682) (49.339)
 Juros e encargos sobre empréstimos (64.583) (25.888) (96.821) (35.974)
 IRRF sobre juros no exterior (8.016) - (8.016) -
 Reversão (atualização) monetária sobre o saldo devedor referente à aquisição de 50,1% do capital social da Multidisplay (1.102) - (1.102) (6.393)
 Outras despesas financeiras (6.685) (5.736) (10.028) (6.008)
 Total (241.004) (84.099) (273.408) (100.940)

Antecipação de recebíveis:
 Receita com antecipação de recebíveis (a) 1.201.612 847.894 1.201.612 847.894
 Despesa de ajuste a valor presente (b) (93.888) (30.419) (93.888) (30.419)
 Total 1.107.724 817.475 1.107.724 817.475

Variação cambial, líquida (c)
 Total 250 5.639 257 5.644
 Total 885.374 759.117 854.646 744.730

(a) A receita com antecipação de recebíveis nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é composta pela receita oriunda do volume das transações negociadas durante os exercícios findos naquelas datas.

(b) Conforme descrito na nota explicativa nº 5.(a), o ajuste a valor presente registrado nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi calculado sobre as operações de antecipação de recebíveis. As seguintes premissas foram adotadas no referido cálculo:
 • As taxas de juros utilizadas foram as mesmas contratadas nas operações de antecipação de recebíveis de clientes;
 • Os cálculos foram efetuados individualmente, descontando-se os fluxos de caixa de cada um dos recebíveis registrados.

(c) A Administração da Sociedade reconheceu o ajuste a valor presente do saldo de contas a receber em virtude da materialidade dos valores objeto do ajuste, das taxas de juros contratadas e dos prazos das operações. Mensalmente, a Administração revisa as premissas mencionadas e as variações são consignadas ao resultado do exercício.

(d) Decorre basicamente dos valores recebidos em dólares norte-americanos da Visa International Service Association e da Mastercard Worldwide referentes a transações com cartões estrangeiros, de crédito e débito, e de ganhos e perdas em contas originalmente registradas em moeda estrangeira, representadas por:

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Receitas	1.366	8.554	1.392	8.561
Despesas	(1.116)	(2.915)	(1.135)	(2.917)
Total	250	5.639	257	5.644

Variação cambial, líquida:
 Receitas 1.366 8.554 1.392 8.561
 Despesas (1.116) (2.915) (1.135) (2.917)
 Total 250 5.639 257 5.644

Data de outorga	Outorgadas	Canceladas	Exercidas	Bonificação 2012	Bonificação 2013	Saldo	Preço de exercício (R\$ por ação)	Valor justo das opções (R\$ por ação)
Julho de 2009	1.042.320	(90.596)	(1.016.707)	68.717	5.344	9.078	19,74	10,43
Setembro de 2009	220.480	(55.335)	(212.147)	40.505	11.462	-	29,43	13,75
Julho de 2010	1.073.680	(285.628)	(968.814)	163.314	71.403	53.955	27,78	13,38
Julho de 2011	1.315.854	(225.003)	(771.598)	262.413	273.433	855.099	21,71	12,48
Julho de 2012	987.487	(93.945)	(34.154)	-	189.146	1.048.534	37,07	18,34
Julho de 2013	1.049.141	(39.707)	(15.364)	-	-	994.070	43,26	20,16
Fevereiro de 2012 ("Restrict shares")	96.850	-	-	19.369	-	23.246	139,465	52,28
Fevereiro de 2013 ("Restrict shares")	70.819	(76)	(76)	-	-	14.149	84,892	52,46
Total	5.856.631	(790.290)	(3.023.749)	554.318	588.183	3.185.093	-	-

Para determinar o valor justo das opções, a partir de 2011, optou-se pelo modelo de precificação binomial. Nos anos anteriores foi utilizada a metodologia Black & Scholes, baseada nas seguintes premissas econômicas:

	Julho e setembro de 2009	Julho de 2010	Julho de 2011	Outorga em Fevereiro de 2012	Julho de 2012	Fevereiro de 2013	Julho de 2013
"Dividend yield"	6,66%	5,73%	8,87%	4,67%	5,36%	3,61%	3,71%
Volatilidade do preço da ação	36,67%	37,51%	38,27%	38,88%	31,65%	26,97%	30,06%
Período esperado para o exercício	5 anos	5 anos	6 anos	2 anos	6 anos	2 anos	6 anos

O valor justo está sendo apropriado ao resultado do exercício e a contrapartida na reserva de capital de forma linear pelos prazos de até 24 e 36 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2013, foi reconhecida provisão de R\$ 18.045 líquido dos encargos (R\$ 12.851 em 31 de dezembro de 2012), tendo como contrapartida a rubrica "Despesas com pessoal". Desses montantes correspondem a parcela de diretores estatutários o montante de R\$ 4.234 líquido dos encargos (R\$ 2.320 em 31 de dezembro de 2012). Foram exercidas 1.386.290 ações no valor de R\$ 18.359 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (985.271 ações no valor de R\$ 1.788 no exercício findo em 31 de dezembro de 2012), sendo o total de opção de ações outorgadas registrado na rubrica "Reserva de capital" no patrimônio líquido, em 31 de dezembro de 2013 o montante de (R\$ 314) (R\$ 11.063 em 31 de dezembro de 2012).

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

Previdência Complementar
 A Sociedade e a controlada Servinet contribuem mensalmente com o Plano Gerador de Benefícios Livres - PGBL (contribuição definida) para os colaboradores, tendo incorrido, no exercício findo em 31 de dezembro de 2013, em despesas de contribuições no montante de R\$ 7.222 (R\$ 6.554 em 31 de dezembro de 2012), contabilizadas nas rubricas "Custo dos serviços prestados" e "Despesas com pessoal".

Outros benefícios
 Além do benefício de previdência complementar, a Sociedade e suas controladas oferecem aos seus funcionários, dentre os quais: seguro saúde, assistência odontológica, seguro de vida e de acidentes pessoais e treinamento profissional, cujo montante dessas despesas, totalizou R\$ 24.839 no exercício findo em 31 de dezembro de 2013 (R\$ 16.353 em 31 de dezembro de 2012).

33. ITENS QUE NÃO AFETAM O CAIXA

	Controladora (BR GAAP)		Consolidado (IFRS e BR GAAP)	
	31/12/2013	31/12/2012	31/12/2013	31/12/2012
Aquisições de equipamentos POS através de novos empréstimos Finance	294.085	222.147	294.085	222.147
Redução de capital na CieloPar	-	46.979	-	-
Variação cambial sobre investimento líquido no exterior	93.250	6.845	93.250	6.845
Reconstituição dos efeitos das provisões PMPL em controladas:				
CieloPar	-	24.452	-	-
Servrede	-	27.842	-	-
Aumento de capital mediante assunção de dívida	-	31.441	-	-
Variação cambial sobre empréstimos e financiamentos	140.577	13.340	261.307	5.980
Alocação do PPA referente à aquisição da Me-S, líquido dos efeitos fiscais	-	-	-	517.084
Dividendos e juros sobre o capital próprio propostos	460.410	396.015	460.410	396.015
Ajuste de créditos tributários realizado no balanço de abertura da Me-S e reconhecido como ajuste no ágio	16.160	-	16.160	-